

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.483.033.685
Preferenciais	0
Total	1.483.033.685
Em Tesouraria	
Ordinárias	25.063.577
Preferenciais	0
Total	25.063.577

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	40.067.801	37.368.812
1.01	Ativo Circulante	8.068.468	5.519.090
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.519.645	108.297
1.01.03	Contas a Receber	3.553.077	2.180.972
1.01.03.01	Clientes	1.543.518	1.355.191
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.009.559	825.781
1.01.04	Estoques	2.513.726	2.706.713
1.01.06	Tributos a Recuperar	237.268	257.559
1.01.07	Despesas Antecipadas	27.662	4.189
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	217.090	261.360
1.02	Ativo Não Circulante	31.999.333	31.849.722
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.760.678	6.371.380
1.02.01.03	Contas a Receber	14.485	18.982
1.02.01.06	Tributos Diferidos	922.961	854.437
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	26.795	27.540
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	790.329	2.471.325
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.006.108	2.999.096
1.02.02	Investimentos	18.165.639	17.023.295
1.02.03	Imobilizado	9.051.273	8.432.416
1.02.04	Intangível	21.743	22.631

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	40.067.801	37.368.812
2.01	Passivo Circulante	6.403.255	5.087.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	107.061	108.271
2.01.02	Fornecedores	368.797	427.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	132.369	74.967
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.576.099	2.366.347
2.01.05	Outras Obrigações	2.010.955	1.910.991
2.01.06	Provisões	207.974	200.288
2.02	Passivo Não Circulante	25.410.615	24.648.140
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	14.024.949	12.817.002
2.02.02	Outras Obrigações	8.649.782	9.107.570
2.02.04	Provisões	2.735.884	2.723.568
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.339.997	2.297.650
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.935.186	1.892.345
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	36.972	36.966
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	367.839	367.839
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	500
2.02.04.02	Outras Provisões	395.887	425.918
2.03	Patrimônio Líquido	8.253.931	7.632.760
2.03.01	Capital Social Realizado	1.680.947	1.680.947
2.03.02	Reservas de Capital	30	30
2.03.04	Reservas de Lucros	6.119.798	6.119.798
2.03.04.01	Reserva Legal	336.190	336.190
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.779.357	3.779.357
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.227.703	1.227.703
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-570.176	-570.176
2.03.04.10	Reserva Investimentos	1.346.724	1.346.724
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	500.507	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-47.351	-168.015

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.570.165	2.549.343
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.726.681	-1.426.717
3.03	Resultado Bruto	843.484	1.122.626
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	203.013	-159.704
3.04.01	Despesas com Vendas	-81.102	-171.723
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.873	-71.219
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.809	4.852
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-143.583	-163.974
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	496.762	242.360
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.046.497	962.922
3.06	Resultado Financeiro	-470.929	-558.824
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	575.568	404.098
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	41.951	44.840
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	617.519	448.938
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	617.519	448.938
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,42355	0,30792
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,42355	0,30792

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	617.519	448.938
4.02	Outros Resultados Abrangentes	120.664	85.628
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira e ganho cambial investimento em oper. exterior	-10.852	-29.119
4.02.02	Plano de pensão, líquido de impostos	0	3.834
4.02.03	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	131.516	110.913
4.03	Resultado Abrangente do Período	738.183	534.566

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	226.479	434.002
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	619.794	1.168.351
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	617.519	448.938
6.01.01.02	Provisão encargos empréstimos financiamentos	580.918	456.602
6.01.01.03	Depreciação, exaustão e amortização	176.852	157.212
6.01.01.04	Resultado de participação societárias	-496.762	-242.360
6.01.01.05	IR e CSLL diferidos	-90.362	-54.639
6.01.01.07	Provisão para contingências	8.435	34.881
6.01.01.08	Variações monetárias e cambiais líquidas	-200.788	242.817
6.01.01.09	Outras provisões	23.982	124.900
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-393.315	-734.349
6.01.02.01	Contas a receber	-306.821	-197.402
6.01.02.02	Estoques	200.655	-263.221
6.01.02.03	Créditos com controladas	51.414	20.417
6.01.02.04	Impostos a compensar	46.473	198.242
6.01.02.05	Fornecedores	-63.328	-17.686
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	-8.849	-3.786
6.01.02.07	Tributos	82.351	89.155
6.01.02.08	Contas a pagar - controladas	10.775	9.160
6.01.02.09	Passivos contingentes	48.198	-42.398
6.01.02.10	Instituições financeiras juros	-338.748	-316.481
6.01.02.11	Tributos parcelados - REFIS	-48.325	-157.236
6.01.02.12	Depósitos judiciais	-9.284	-6.538
6.01.02.14	Juros sobre swap pagos	-5.519	0
6.01.02.15	Outros	-52.307	-46.575
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-929.522	-2.454.795
6.02.01	Investimentos	-583.886	-2.534.258
6.02.02	Imobilizado	-345.648	-219.769
6.02.03	Caixa oriundo de incorpor. de controlada	12	299.232
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.114.418	829.499
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	2.351.379	1.228.350
6.03.02	Instituições financeiras principal	-236.961	-398.851
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-27	21
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.411.348	-1.191.273
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.297	2.872.919
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.519.645	1.681.646

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-117.012	0	-117.012
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-117.012	0	-117.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	617.519	120.664	738.183
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	617.519	0	617.519
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	120.664	120.664
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.852	-10.852
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	131.516	131.516
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	6.119.798	500.507	-47.351	8.253.931

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-89.200	0	-89.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-89.200	0	-89.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	448.938	85.628	534.566
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	448.938	0	448.938
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	85.628	85.628
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-29.119	-29.119
5.05.02.07	Ganho/Perda Plano de Pensão	0	0	0	0	3.834	3.834
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	110.913	110.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	5.444.605	326.321	-500.087	6.951.816

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	3.217.361	3.201.460
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.214.209	3.240.292
7.01.02	Outras Receitas	-9	2.005
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	3.161	-40.837
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.948.397	-1.954.915
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.664.311	-1.528.273
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-275.055	-419.894
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.031	-6.748
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.268.964	1.246.545
7.04	Retenções	-176.852	-157.212
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-176.852	-157.212
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.092.112	1.089.333
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	546.838	357.526
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	496.762	242.360
7.06.02	Receitas Financeiras	61.426	111.865
7.06.03	Outros	-11.350	3.301
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.638.950	1.446.859
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.638.950	1.446.859
7.08.01	Pessoal	246.684	143.786
7.08.01.01	Remuneração Direta	195.330	108.225
7.08.01.02	Benefícios	40.479	27.172
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.875	8.389
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	261.029	348.403
7.08.02.01	Federais	193.775	249.634
7.08.02.02	Estaduais	59.790	93.180
7.08.02.03	Municipais	7.464	5.589
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	513.718	505.732
7.08.03.01	Juros	691.535	504.851
7.08.03.02	Aluguéis	30	881
7.08.03.03	Outras	-177.847	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	617.519	448.938
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	117.012	89.204
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	500.507	359.734

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	40.271.285	37.801.214
1.01	Ativo Circulante	17.227.030	15.793.688
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.115.047	10.239.278
1.01.03	Contas a Receber	1.992.827	1.367.759
1.01.03.01	Clientes	1.396.690	1.259.461
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	596.137	108.298
1.01.04	Estoques	3.285.739	3.355.786
1.01.06	Tributos a Recuperar	475.735	473.787
1.01.07	Despesas Antecipadas	38.694	12.997
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	318.988	344.081
1.02	Ativo Não Circulante	23.044.255	22.007.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.165.612	5.664.879
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	112.642	112.484
1.02.01.03	Contas a Receber	51.397	58.485
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.559.215	1.592.941
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	116.154	115.755
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	479.120
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.326.204	3.306.094
1.02.02	Investimentos	3.104.520	2.103.624
1.02.03	Imobilizado	14.309.434	13.776.567
1.02.04	Intangível	464.689	462.456

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	40.271.285	37.801.214
2.01	Passivo Circulante	5.312.080	4.455.955
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	164.643	164.799
2.01.02	Fornecedores	598.556	623.233
2.01.03	Obrigações Fiscais	277.607	275.991
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.999.792	1.308.632
2.01.05	Outras Obrigações	1.999.978	1.854.952
2.01.06	Provisões	271.504	228.348
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	265.617	222.461
2.01.06.02	Outras Provisões	5.887	5.887
2.02	Passivo Não Circulante	26.517.398	25.522.571
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	19.779.921	18.780.815
2.02.02	Outras Obrigações	4.059.565	4.067.435
2.02.03	Tributos Diferidos	10.321	0
2.02.04	Provisões	2.667.591	2.674.321
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.376.246	2.384.681
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.940.983	1.911.260
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	64.655	82.373
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	367.839	367.839
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.769	23.209
2.02.04.02	Outras Provisões	291.345	289.640
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.441.807	7.822.688
2.03.01	Capital Social Realizado	1.680.947	1.680.947
2.03.02	Reservas de Capital	30	30
2.03.04	Reservas de Lucros	6.119.798	6.119.798
2.03.04.01	Reserva Legal	336.190	336.190
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	3.779.357	3.779.357
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	1.227.703	1.227.703
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-570.176	-570.176
2.03.04.10	Reserva Investimentos	1.346.724	1.346.724
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	500.507	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-47.351	-168.015
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	187.876	189.928

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.789.008	3.184.630
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.232.828	-1.781.066
3.03	Resultado Bruto	1.556.180	1.403.564
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-366.754	-447.263
3.04.01	Despesas com Vendas	-120.002	-201.870
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-121.309	-111.301
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.585	24.305
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-141.028	-158.397
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.189.426	956.301
3.06	Resultado Financeiro	-518.436	-477.907
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	670.990	478.394
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-55.295	-31.124
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	615.695	447.270
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	615.695	447.270
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	617.519	448.938
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.824	-1.668
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,42355	0,30792
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,42355	0,30792

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	615.695	447.270
4.02	Outros Resultados Abrangentes	120.664	85.628
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira e ganho cambial investimento em oper. exterior	-10.852	-29.119
4.02.02	Plano de pensão, líquido de impostos	0	3.834
4.02.03	Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	131.516	110.913
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	736.359	532.898
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	736.359	532.898

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	917.687	272.038
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.374.274	1.172.086
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	615.695	447.270
6.01.01.02	Provisão encargos empréstimos financiamento	462.403	351.320
6.01.01.03	Depreciação, exaustão e amortização	221.519	202.298
6.01.01.05	IR e CSLL diferidos	-41.375	-6.511
6.01.01.06	Provisão Swap / Forward	111.584	-143.040
6.01.01.07	Provisão para contingências	-6.450	404
6.01.01.08	Variação monetárias e cambiais líquidas	-38.381	214.025
6.01.01.12	Outras provisões	49.279	106.320
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-456.587	-900.048
6.01.02.01	Contas a receber	-123.176	48.583
6.01.02.02	Estoques	187.998	-431.918
6.01.02.03	Impostos a compensar	89.103	232.487
6.01.02.04	Fornecedores	-27.658	41.850
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	9.537	-1.631
6.01.02.06	Tributos	-11.711	-27.917
6.01.02.07	Passivos contingentes	17.664	-18.005
6.01.02.08	Instituições financeiros juros	-353.345	-360.457
6.01.02.10	Tributos parcelados - REFIS	-48.599	-157.532
6.01.02.11	Depósitos judiciais	-14.351	-7.568
6.01.02.12	Juros sobre swap pagos	-117.705	-176.223
6.01.02.13	Outros	-64.344	-41.717
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.663.848	-520.067
6.02.01	Recebimento / pagamento em operações de derivativos	-30.845	153.486
6.02.02	Investimentos	-809.955	-222.689
6.02.03	Imobilizado	-819.722	-433.980
6.02.04	Intangível	-3.326	-16.884
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.788.049	1.269.090
6.03.01	Empréstimos e financiamentos	2.129.169	1.651.374
6.03.02	Instituições financeiras - principal	-341.120	-382.284
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-166.119	41.104
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	875.769	1.062.165
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.239.278	8.086.742
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.115.047	9.148.907

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760	189.928	7.822.688
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	6.119.798	0	-168.015	7.632.760	189.928	7.822.688
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-117.012	0	-117.012	0	-117.012
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-117.012	0	-117.012	0	-117.012
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	617.519	120.664	738.183	-1.824	736.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	617.519	0	617.519	-1.824	615.695
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	120.664	120.664	0	120.664
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10.852	-10.852	0	-10.852
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	131.516	131.516	0	131.516
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	-228	-228
5.06.04	Participação em controladas por acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-228	-228
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	6.119.798	500.507	-47.351	8.253.931	187.876	8.441.807

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450	0	6.506.450
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.680.947	30	5.444.605	-33.417	-585.715	6.506.450	0	6.506.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-89.200	0	-89.200	0	-89.200
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-89.200	0	-89.200	0	-89.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	448.938	85.628	534.566	-1.668	532.898
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	448.938	0	448.938	-1.668	447.270
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	85.628	85.628	0	85.628
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-29.119	-29.119	0	-29.119
5.05.02.07	Ganho/perda plano de pensão	0	0	0	0	3.834	3.834	0	3.834
5.05.02.08	Ativos disponíveis para venda	0	0	0	0	110.913	110.913	0	110.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	170.111	170.111
5.06.04	Participação em controladas por acionistas nao controladores	0	0	0	0	0	0	170.111	170.111
5.07	Saldos Finais	1.680.947	30	5.444.605	326.321	-500.087	6.951.816	168.443	7.120.259

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	4.503.966	3.911.698
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.506.855	3.949.987
7.01.02	Outras Receitas	-4.580	1.986
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1.691	-40.275
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.298.684	-2.205.565
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.968.417	-1.766.103
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-319.708	-433.289
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-10.559	-6.173
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.205.282	1.706.133
7.04	Retenções	-221.519	-202.298
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-221.519	-202.298
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.983.763	1.503.835
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-117.402	190.247
7.06.02	Receitas Financeiras	139.082	182.164
7.06.03	Outros	-256.484	8.083
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.866.361	1.694.082
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.866.361	1.694.082
7.08.01	Pessoal	375.852	240.087
7.08.01.01	Remuneração Direta	296.564	183.865
7.08.01.02	Benefícios	61.354	43.125
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.934	13.097
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	479.671	503.622
7.08.02.01	Federais	367.708	377.709
7.08.02.02	Estaduais	102.024	118.293
7.08.02.03	Municipais	9.939	7.620
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	395.143	499.767
7.08.03.01	Juros	563.726	495.462
7.08.03.02	Aluguéis	1.631	4.305
7.08.03.03	Outras	-170.214	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	615.695	450.606
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	117.012	89.204
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	500.507	359.734
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1.824	1.668

Comentário do Desempenho

Contexto Econômico

A recuperação da economia global está ganhando força. De acordo com o FMI, as expectativas para 2011 e 2012 estão melhorando e o crescimento médio do PIB das economias desenvolvidas e emergentes deverá ser de 2,5% e 6%, respectivamente. Há um aumento nos fluxos de capitais e comerciais entre países emergentes e desenvolvidos e uma melhora nos níveis de confiança dos empresários e consumidores.

Apesar do otimismo, em muitos mercados emergentes a inflação é uma preocupação crescente dos governos. Os preços das commodities cresceram além do esperado refletindo uma combinação de forte crescimento da demanda e redução da oferta.

- EUA:

A economia norte-americana continua a se recuperar em 2011. O FMI prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,8% para o ano apontando ainda que, apesar da manutenção dos baixos níveis de concessão de crédito e da desalavancagem no mercado imobiliário, as condições financeiras em geral melhoraram. As baixas taxas de endividamento corporativo e a maior facilidade de acesso a empréstimos bancários, tanto para grandes, como para pequenas e médias empresas, acabaram impactando positivamente a confiança dos empresários.

Ainda segundo o FMI, os fluxos de capitais dos Estados Unidos voltaram a níveis pré-crise e estão sendo mais direcionados a economias emergentes. De acordo com o Departamento de Tesouro Americano, a taxa de inflação (CPI) de março de 2011 apresentou aumento de 0,5% comparada ao mês anterior e de 2,7% comparada com o mesmo mês do ano passado. Esse movimento é basicamente justificado pelo aumento nos preços das commodities e preços da gasolina.

A taxa de juros em março de 2011, conforme informado pelo Federal Reserve está em 0,25%, no mesmo patamar desde dezembro de 2008.

O FMI acredita que mais atenção deveria ser dada à redução do déficit projetado para o ano fiscal de 2011 e que, embora medidas para cortar as despesas de custeio e investimento contribuam para esse fim, ações mais amplas como a reforma tributária e da previdência serão necessárias para reduzir de forma significativa o déficit no médio prazo.

Embora a criação de empregos tenha aumentado, o nível de desemprego continua alto com mais de 13,5 milhões de pessoas sem emprego, segundo o Bureau of Labor Statistics. De acordo com o Departamento do Tesouro Americano, a taxa de desemprego de março de 2011 estava em 8,8%, uma redução de 0,6 p.p. em relação aos 9,4% de dezembro de 2010.

- Europa:

A economia europeia vem mostrando forte divergência no desempenho econômico e industrial entre os países do bloco. A Alemanha segue liderando o crescimento, com forte desempenho industrial e crescimento nas exportações. De outro lado, países como Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália tiveram grandes cortes nos gastos governamentais e aumento de impostos.

O nível de atividade econômica melhorou no início de 2011, após uma queda sazonal no último trimestre de 2010. As condições do mercado de trabalho estão melhorando principalmente com a expansão do setor privado mas, apesar disso, o índice de desemprego se mantém elevado em 9,5%.

Durante a crise, o Banco Central Europeu manteve a taxa de juros em 1% ao ano para estimular o consumo e a economia do bloco. Em sua última reunião o BCE decidiu aumentar a taxa de juros para 1,25% ao ano, de forma a conter a inflação, projetada em 2,6% para 2011, de acordo com a European Confederation of Iron and Steel Industries (EUROFER).

No que tange o crescimento do PIB, o FMI projeta que em 2011 e 2012 a economia deverá crescer 1,6 e 1,8%, respectivamente.

- Ásia:

O controle do déficit público e a inflação são prioridades do governo da China em 2011. Nos últimos seis meses, o governo chinês tomou uma série de medidas na tentativa de conter a alta dos preços, como o endurecimento dos

Comentário do Desempenho

critérios para empréstimos e o aumento dos juros. O governo também implementou medidas para que os bancos retenham mais capital, diminuindo a escalada de empréstimos e financiamentos. O Banco Central anunciou novo aumento dos juros que atingiram 6,31% para empréstimos de um ano.

No que se refere ao câmbio, o yuan se valorizou cerca de 5% desde o 3T10. Diante desse cenário, o FMI projeta um crescimento de 9,7% no PIB e 3,1% para a inflação em 2011.

Outros desafios a serem vencidos envolvem a questão ambiental, devido ao crescimento desordenado dos grandes centros, a necessidade de criação de empregos para aproximadamente 200 milhões de trabalhadores rurais que migraram do campo para as cidades e a necessidade de ampliação e diversificação do parque energético.

Em meados de março o Japão foi atingido por um terremoto e tsunami que destruíram a região norte e nordeste do país. Ainda não há estimativas finais dos prejuízos, mas o Banco Mundial estima que os danos ficarão entre US\$120 a US\$230 bilhões, ou seja, 2% a 4,5% do PIB do Japão.

Desde o ocorrido, o Banco Central do Japão (BOJ) injetou cerca de EUR330 bilhões para aumentar a liquidez nos mercados e evitar o pânico dos investidores e quedas na Bolsa de Tóquio. Recentemente o FMI reviu suas projeções de crescimento do PIB em 2011 para 1,4% diante de uma estimativa anterior de 1,6%.

- Brasil:

Após registrar um forte crescimento econômico em 2010, as expectativas para 2011 são de um crescimento mais moderado, segundo o relatório Focus do Bacen.

O governo adotou um conjunto de medidas de cunho monetário e fiscal para tentar reduzir a liquidez interna e conter a expansão do crédito. As medidas devem exercer um efeito redutor no consumo das famílias e nos índices de inflação, que, de acordo com relatório Focus, já se aproximam do teto da banda de tolerância estipulada pelo Bacen de 6,5%.

Em sua última reunião o Copom decidiu aumentar a taxa de juros em 25 pontos base, passando a 12% ao ano. Este é o terceiro aumento do ano e novos aumentos poderão ser implementados. Em seu comunicado o Bacen sinaliza que esta medida de longo prazo visa assegurar a convergência da inflação para o centro da meta de 4,5% em 2012.

Apesar da expectativa de retração controlada da economia em 2011, o nível de confiança dos empresários continua elevado. Segundo a FGV, o Índice de Confiança da Indústria do mês de março se manteve estável na comparação com janeiro de 2011, registrando 112,4 pontos. O mesmo comportamento foi observado no Nível de Utilização da Capacidade (NUCI) elaborado pela FGV, que se manteve em 84% se comparado a janeiro de 2011.

O mercado de trabalho continua aquecido. O CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) registrou um novo recorde histórico na criação de empregos com carteira assinada. No mês de fevereiro foram criados 281 mil novos empregos, o maior saldo para o período, 34% acima do saldo de fevereiro de 2010.

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que a produção industrial cresceu 2,2% no 1º bimestre de 2011, apesar do aumento de custos para o segmento industrial, em função do câmbio apreciado. O mercado projeta que o dólar encerrará o ano cotado a R\$1,65.

	2011	2012
IPCA (%)	6,37	5,00
Dólar comercial (final) - R\$	1,62	1,70
SELIC (final - %)	12,50	12,00
PIB (%)	4,00	4,25
Produção Industrial (%)	4,04	4,58

Fonte: FOCUS BACEN

Base: 29 de abril de 2011

Comentário do Desempenho

Adequação às Normas Internacionais de Contabilidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da CSN são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de setembro de 2010.

Receita Líquida

No 1T11, a receita líquida consolidada de R\$3.789 milhões, apresentou crescimento de 19% em relação aos R\$3.185 milhões registrados no 1T10, principalmente devido ao aumento nos volumes e preços de minério de ferro comercializados no 1T11.

Em comparação ao 4T10, a receita líquida consolidada do 1T11 cresceu 10%, basicamente em função do crescimento no volume vendido de produtos siderúrgicos no mercado interno.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo consolidado dos produtos vendidos atingiu R\$2.233 milhões no 1T11, 16% superior aos R\$1.929 milhões registrados no 4T10, principalmente pelos maiores volumes vendidos na siderurgia.

Em relação aos R\$1.781 milhões verificados no 1T10, o custo consolidado dos produtos vendidos apresentou um crescimento de 25%, basicamente pelos maiores volumes de minério de ferro vendidos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Outras Operacionais

No 1T11, as despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$241 milhões, uma redução de 14% em relação ao 4T10, principalmente em função da redução nas despesas com frete e serviços gerais. Em relação ao 1T10, as despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram redução de 23%.

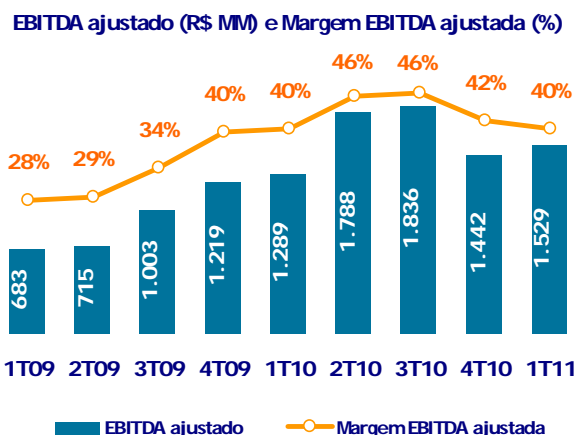
No 1T11, a linha de "Outras Receitas e Despesas" registrou resultado negativo de R\$125 milhões, uma melhora de R\$55 milhões em relação ao resultado apresentado no 4T10. Essa variação decorre, basicamente, de uma despesa não recorrente com provisões ambientais no 4T10, parcialmente compensada por um complemento do Refis. Na comparação com o 1T10, a CSN obteve uma redução de R\$ 9 milhões.

EBITDA

O EBITDA ajustado apresentado neste release consiste no lucro líquido excluído do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e do resultado de outras receitas e (despesas) operacionais, este último excluído por se tratar de item não recorrente da operação.

O EBITDA ajustado do 1T11 de R\$1.529 milhões apresentou crescimento de 19% se comparado aos R\$1.289 milhões registrados no 1T10, enquanto a margem EBITDA ajustada de 40% apresentou-se estável em relação àquela do 1T10.

Em relação ao 4T10 o EBITDA ajustado apresentou crescimento de 6% enquanto a margem EBITDA ajustada foi 2 p.p. inferior.



Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro e Dívida Líquida

No 1T11, o resultado financeiro líquido consolidado foi negativo em R\$518 milhões, basicamente devido a:

- Encargos de empréstimos e financiamentos, no total de R\$545 milhões;
- Variações monetárias e cambiais negativas de R\$93 milhões, incluindo o resultado das operações com derivativos;
- Atualização monetária das provisões fiscais no total de R\$42 milhões.

Compensaram parcialmente estes efeitos negativos sobre o resultado financeiro os rendimentos sobre aplicações e demais receitas/despesas financeiras no valor de R\$162 milhões.

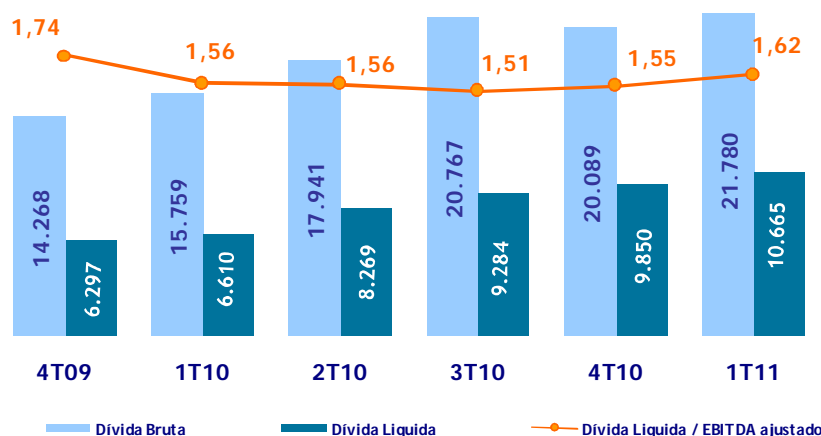
Em 31/03/2011, a dívida líquida consolidada totalizou R\$10,7 bilhões, um acréscimo de R\$0,8 bilhão em relação aos R\$9,9 bilhões registrados em 31/12/2010. Os principais fatores responsáveis pelo aumento da dívida líquida no 1T11 foram:

- Realização de R\$0,8 bilhão em investimentos no imobilizado;
- Efeito de R\$0,5 bilhão referente ao custo da dívida;
- Aquisição de títulos disponíveis para negociação e venda, no total de R\$0,8 bilhão.

O EBITDA ajustado de R\$1,5 bilhão gerado no 1T11 compensou parcialmente estes fatores.

Ao final do 1T11, a relação dívida líquida/EBITDA ajustada de 1,62x, calculada com base no EBITDA ajustado de R\$6,6 bilhões dos últimos 12 meses apresentou crescimento de 0,07x em relação à verificada ao final do 4T10, de 1,55x.

Evolução da Dívida (R\$ MM) e Relação Dívida Líquida / EBITDA ajustado



Em fevereiro de 2011 a CSN contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2,0 bilhões, com prazo final de amortização de 94 meses.

Lucro Líquido Consolidado

No 1T11, o lucro líquido foi de R\$616 milhões, um crescimento de 37% sobre o 4T10, basicamente em função do melhor resultado operacional dos segmentos de siderurgia e mineração, aliado a reduções nas despesas gerais, administrativas e em Outras Receitas e Despesas.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior o lucro líquido apresentou um crescimento de 38%.

Comentário do Desempenho

Investimentos

No 1T11, os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$820 milhões, dos quais R\$488 milhões foram investidos em suas controladas ou controladas em conjunto, com destaque para:

- ✓ Transnordestina Logística: R\$350 milhões;
- ✓ MRS Logística: R\$51 milhões;
- ✓ CSN Cimentos: R\$28 milhões;

O saldo remanescente dos investimentos, R\$332 milhões, foi aplicado na Controladora, do qual cabe destacar:

- ✓ Manutenção e reparos: R\$114 milhões;
- ✓ Expansão da mina de Casa de Pedra: R\$43 milhões;
- ✓ Expansão do Porto de Itaguaí: R\$28 milhões;
- ✓ CSN Aços Longos: R\$19 milhões;
- ✓ Melhorias tecnológicas: R\$11 milhões.

Capital de Giro

O capital de giro aplicado no negócio totalizava R\$2.201 milhões no final de março de 2011, em linha com o saldo final de dezembro de 2010. Esse desempenho reflete, principalmente, as maiores vendas no trimestre que se refletiram num menor saldo de Estoques e aumento no Contas a Receber. O prazo médio de recebimento de clientes passou de 25 dias no final de dezembro de 2010 para 29 dias ao final de março de 2011 e o prazo médio de pagamento a fornecedores permaneceu em 22 dias.

CAPITAL DE GIRO (R\$ MM)	1T10	4T10	1T11	Variação 1T11 x 4T10	Variação 1T11 x 1T10
Ativo	3.440	3.841	3.817	(24)	377
Contas a Receber	1.099	1.259	1.397	137	298
Estoques ⁽¹⁾	2.323	2.492	2.378	(114)	55
Antecipação de Impostos	19	90	42	(48)	23
Passivo	1.739	1.654	1.616	(38)	(124)
Fornecedores	550	521	494	(27)	(56)
Salários e Contribuições Sociais	133	165	165	0	31
Tributos a Recolher	975	933	924	(9)	(51)
Adiantamentos de Clientes	81	35	33	(2)	(48)
Capital de Giro	1.701	2.187	2.201	14	500

TURNOVER RATIO	1T10	4T10	1T11	Variação 1T11 x 4T10	Variação 1T11 x 1T10
Prazos Médios					
Recebimento	26	25	29	4	3
Pagamento	28	22	22	-	(6)
Estoques	91	111	102	(9)	11

Resultado por Segmento

A Companhia atua de forma integrada em cinco segmentos de negócios: Siderurgia, Mineração, Logística, Cimento e Energia. Os principais ativos e/ou empresas que compõem cada segmento de negócios são:

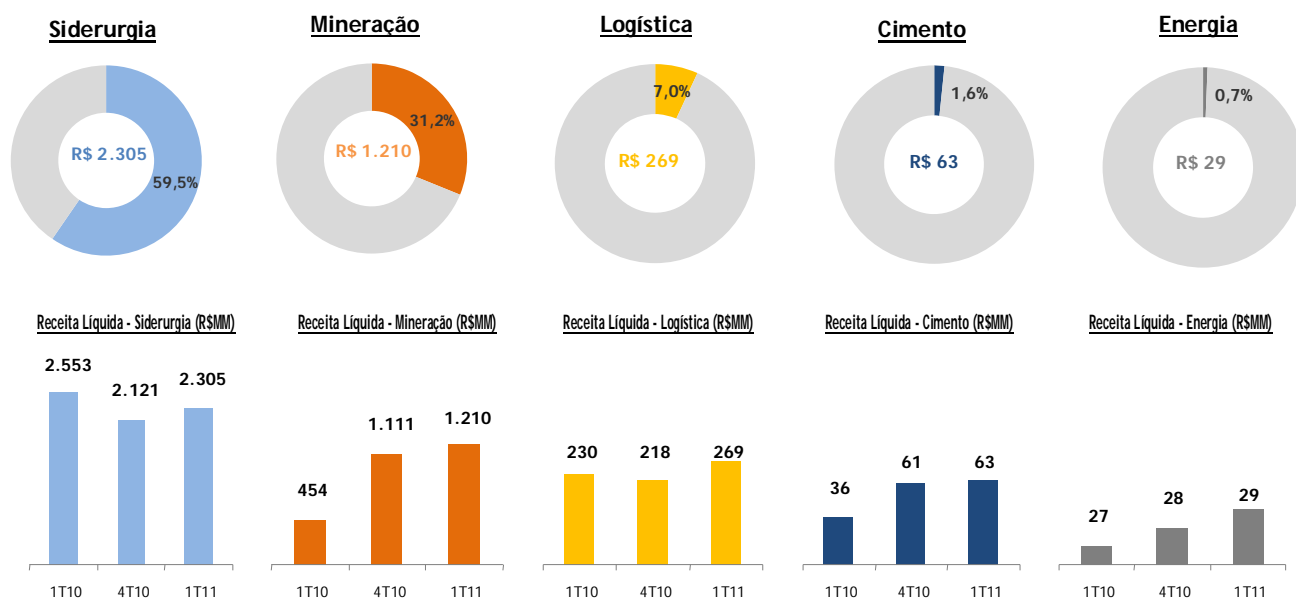
Siderurgia	Mineração	Logística	Cimento	Energia
Usina Presid. Vargas Porto Real Paraná LLC Lusosider Prada (Distribuição e Embalagens) Metalic	Casa de Pedra Namisa (60%) Tecar ERSA	Ferroviária: - MRS - Transnordestina Portuária: - Sepetiba Tecon	Volta Redonda Arcos	CSN Energia e Itasa

As informações apresentadas referentes aos cinco segmentos de negócios da CSN são derivadas das informações contábeis, combinadas com alocações e rateio de custos entre os segmentos. A Administração da CSN utiliza-se do EBITDA ajustado como indicador para medir a capacidade de geração de caixa recorrente de caixa operacional.

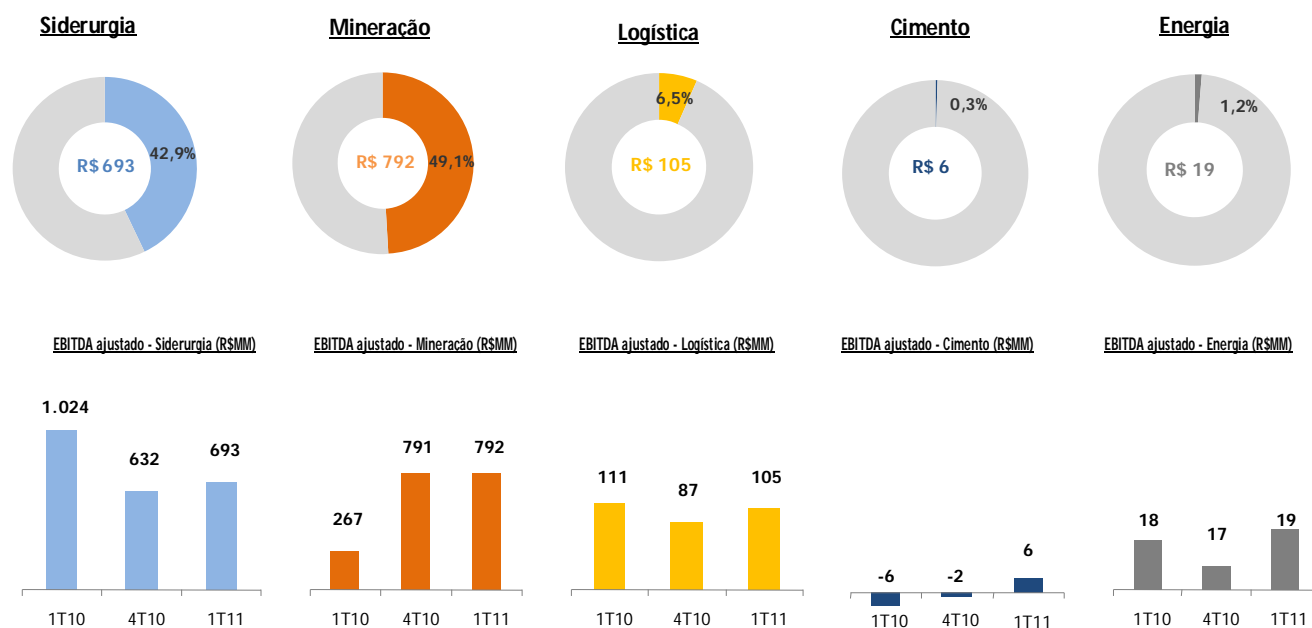
Comentário do Desempenho

A seguir as participações dos diversos segmentos na receita líquida e no EBITDA ajustado da Companhia:

Receita Líquida por Segmento no 1T11 (R\$ milhões)



Participação do EBITDA ajustado de cada segmento no EBITDA ajustado consolidado do 1T11 (R\$ milhões)



Comentário do Desempenho

A seguir os resultados consolidados da Companhia por segmento de negócios:

R\$ milhões								1º TRI 2011	
Resultado Consolidado	Siderurgia	Mineração	Logística Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Eliminação/Corporativo	Consolidado	
Receita Líquida	2.305	1.210	37	232	29	63	(85)	3.789	
Mercado interno	1.966	195	37	232	29	63	(79)	2.441	
Mercado externo	339	1.015					(6)	1.348	
Custo prod./ serv.vendidos	(1.635)	(436)	(21)	(145)	(10)	(49)	63	(2.233)	
Lucro Bruto	670	774	16	87	19	13	(22)	1.556	
Despesas vendas/admin.	(118)	(18)	(4)	(20)	(6)	(12)	(64)	(241)	
Depreciação	141	36	1	26	6	4	1	215	
EBITDA ajustado	693	792	13	92	19	6	(85)	1.529	
Margem EBITDA ajustada	30%	65%	36%	40%	64%	9%		40%	

R\$ milhões								1º TRI 2010	
Resultado Consolidado	Siderurgia	Mineração	Logística Portuária	Logística Ferroviária	Energia	Cimento	Eliminação/Corporativo	Consolidado	
Receita Líquida	2.553	454	28	202	27	36	(116)	3.185	
Mercado interno	2.277	93	28	202	27	36	(116)	2.548	
Mercado externo	276	361						637	
Custo prod./ serv.vendidos	(1.514)	(190)	(17)	(110)	(8)	(37)	96	(1.781)	
Lucro Bruto	1.039	263	11	92	19	(1)	(20)	1.404	
Despesas vendas/admin.	(147)	(32)	(4)	(16)	(6)	(7)	(101)	(313)	
Depreciação	131	36	3	24	6	2	(3)	199	
EBITDA ajustado	1.024	267	11	100	18	(6)	(124)	1.289	
Margem EBITDA ajustada	40%	59%	38%	49%	68%	-15%		40%	

Siderurgia

Cenário da Siderurgia no Brasil

De acordo com o IABr (Instituto Aço Brasil), a produção acumulada do 1T11 totalizou 8,5 milhões de toneladas de aço bruto e 6,4 milhões de toneladas de laminados, o que significou aumentos de 6,2% e 2,0%, respectivamente, sobre o mesmo período de 2010.

Já as vendas acumuladas no mercado doméstico até março de 2011, de 5,3 milhões de toneladas, mostram crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto as exportações do 1T11 totalizaram 2,8 milhões de toneladas, representando aumento de 39,2% quando comparadas ao mesmo período de 2010.

Foram importadas 866,2 mil toneladas de produtos siderúrgicos no 1T11, 34,3% abaixo do mesmo período do ano anterior.

Dessa forma, o consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos foi de 6,2 milhões de toneladas nos três primeiros meses de 2011.

Segmentos

Automotivo:

Dados da ANFAVEA mostram que no 1T11 a indústria automobilística nacional bateu recorde de produção de veículos, superando em 7,9% o volume produzido no mesmo período do ano anterior, quando ainda vigorava o desconto de IPI.

Apesar das medidas restritivas à oferta de crédito, a ANFAVEA registrou no 1T11 um crescimento de 4,8% nas vendas de veículos automotores frente ao igual período do ano anterior, apresentando outro recorde do setor, com 825,3 mil unidades vendidas.

A receita da indústria automobilística brasileira com exportações atingiu o patamar de US\$ 3,27 bilhões, alta de 25,8% frente ao 1T10.

A entidade estima que neste ano serão produzidos 3,68 milhões de veículos, superando o recorde do ano de 2010.

Comentário do Desempenho

Construção Civil:

O setor da construção civil deve manter o forte ritmo de crescimento para os próximos trimestres. Os principais fatores que contribuirão para este cenário favorável continuam sendo o aumento da renda média da população, ampliação dos programas de habitação do governo, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016. Segundo o estudo feito pela FGV/SEBRAE, a construção civil deverá absorver R\$22,8 bilhões dos R\$30 bilhões destinados a Copa do Mundo.

Um dos obstáculos para este crescimento é o aumento do custo da construção civil, causado principalmente pela escassez de mão de obra qualificada. Este aumento já se refletiu no índice INCC-M (Índice Nacional de Custos da Construção - Mercado), que no 1T11 acumulou alta de 1,21%.

Apesar das medidas restritivas ao crédito, o financiamento habitacional manteve um bom ritmo de contratações. Somente a Caixa Econômica Federal financiou um montante de R\$14,7 bilhões no 1T11.

Segundo a sondagem feita pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), os empresários do setor estão otimistas em relação ao nível de atividade do setor para os próximos meses.

O SINDUSCON-SP/FGV projeta um crescimento do setor de 6% para o ano de 2011.

Grande Rede:

De acordo com o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA), as compras pela rede associada apresentaram um crescimento de 21% frente ao 4T10, totalizando 1.089 mil toneladas.

As vendas de aços planos apresentaram crescimento de 20% no 1T11 em comparação com o 4T10, atingindo o patamar de 1.100 mil toneladas.

O nível de estoque encerrou o 1T11 em 3,1 meses, ligeiramente acima do patamar histórico de 2,8 meses.

Linha Branca:

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, assinou decreto que reduz de 18% para 7% o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado dos fabricantes de produtos da linha branca. Essa medida terá um impacto positivo para o setor.

Segundo pesquisa PROVAR/FIA, a intenção de gastos do paulistano com linha branca no 2T11 deverá crescer 4,8% frente ao 2T10, atingindo o valor de R\$1.263/ano.

Segundo a Consultoria Tendências, o setor de Linha Branca deverá manter o crescimento no 2T11 com viés de pequena alta, chegando a 4,2% em 2011.

Receita Líquida

No 1T11, a receita líquida do segmento de siderurgia atingiu R\$2.305 milhões, um crescimento de 9% em relação ao 4T10, basicamente em função do maior volume de vendas no mercado interno.

Na comparação com o 1T10, a receita líquida da siderurgia apresentou redução de 10%, devido aos menores preços praticados e ao menor volume de vendas no mercado interno.

Volume de Vendas Totais

No 1T11, o volume de aço comercializado foi de 1,2 milhão de toneladas, representando um aumento de 17% em comparação ao 4T10. Desse total, 85% foi comercializado no mercado interno, 12% nas subsidiárias no exterior e 3% nas exportações. Já na comparação com o mesmo período do ano anterior houve um decréscimo de 3% no volume total comercializado.

Comentário do Desempenho

Volume de Vendas Mercado Interno

No 1T11, as vendas no mercado interno totalizaram 1 milhão de toneladas, representando um aumento de 20% em relação ao trimestre anterior, por conta da maior demanda de aços planos no mercado brasileiro. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve uma queda de 6%, principalmente por conta da forte demanda registrada no 1T10.

Volume de Vendas Mercado Externo

No 1T11, o volume exportado pela companhia foi de 186 mil toneladas, em linha com o volume exportado no 4T10. As vendas efetuadas pela CSN LLC e Lusosider totalizaram 146 mil toneladas e as exportações diretas chegaram a 40 mil toneladas.

Já na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 11% no volume exportado. As vendas efetuadas pela CSN LLC e Lusosider cresceram 18% enquanto que as exportações diretas caíram 7%.

Preços

A receita líquida média por tonelada no 1T11 foi de R\$1.858, uma redução de 6% em relação ao 4T10, principalmente em função do mix de vendas praticado no trimestre.

Produção

No 1T11 a produção de aço bruto da Companhia atingiu 1,1 milhão de toneladas e a produção de laminados chegou a 1,0 milhão de toneladas, representando reduções de 12% e 5% respectivamente em relação ao 4T10.

Produção (em mil toneladas)	1° Tri10	4° Tri10	1° Tri11	Variação	
				1T11 x 1T10	1T11 x 4T10
Aço Bruto (Usina Pres. Vargas)	1.178	1.292	1.132	-4%	-12%
Total Laminados	1.203	1.083	1.034	-14%	-5%

Custo dos Produtos Vendidos

No 1T11, o custo de produtos vendidos do segmento de siderurgia atingiu R\$1,63 bilhão, um crescimento de 10% em relação ao CPV de R\$1,48 bilhão registrado no 4T10, basicamente devido ao maior volume de vendas no 1T11.

Na comparação com o 1T10, o CPV do segmento de siderurgia aumentou 8%, principalmente em função do maior custo de algumas matérias primas, como carvão e coque.

Custo de Produção

No 1T11, o custo total de produção siderúrgica atingiu R\$1,3 bilhão, uma redução de 7% ou R\$0,1 bilhão em relação ao custo total registrado no 4T10 de R\$1,4 bilhão.

Matérias-primas: redução de R\$112 milhões, principalmente em:

- **Carvão e coque:** redução de R\$93 milhões, principalmente em função do menor consumo;
- **Minério de ferro:** redução de R\$7 milhões devido ao menor consumo;
- **Sucata:** redução de R\$12 milhões, basicamente devido ao menor consumo.

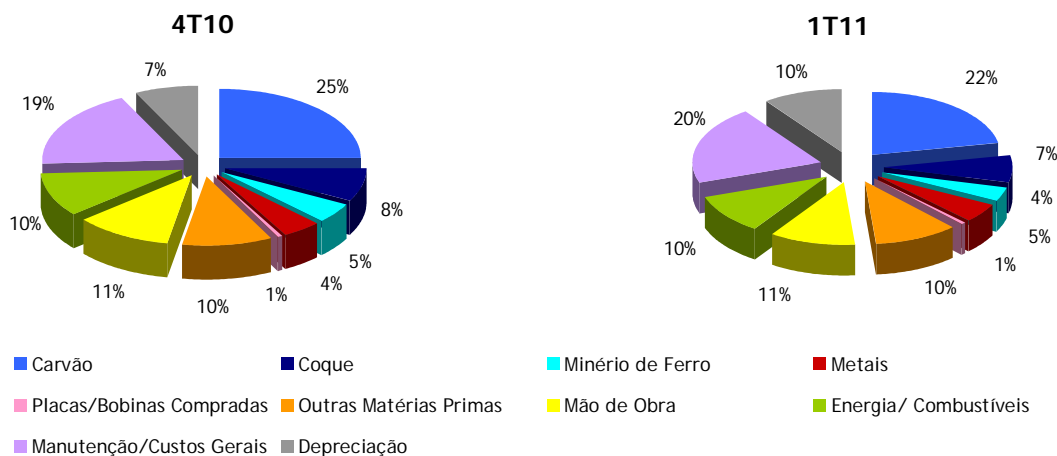
Mão-de-obra: os custos com mão-de-obra apresentaram redução de R\$16 milhões.

Outros custos de fabricação: redução de R\$21 milhões.

Depreciação: aumento de R\$28 milhões em função de novas incorporações de ativos.

Comentário do Desempenho

CUSTO DE PRODUÇÃO SIDERÚRGICA (Controladora)



EBITDA ajustado

No 1T11, o EBITDA ajustado do segmento de siderurgia atingiu R\$693 milhões, um crescimento de 10% em relação aos R\$632 milhões registrados no 4T10, basicamente em função do maior volume de vendas no mercado interno.

A margem EBITDA ajustada do segmento de siderurgia no 1T11 atingiu 30%, em linha com a registrada no 4T10.

Mineração

Cenário

Os primeiros 3 meses de 2011 foram marcados por conflitos no Oriente Médio, terremotos, tsunamis e fortes chuvas na Austrália. Todos esses eventos influenciaram diretamente o mercado de minério de ferro e siderúrgico e algumas influências irão prevalecer ainda por algum tempo.

As expectativas continuam positivas. Estima-se que a demanda no mercado de minério de ferro continue a superar a oferta até 2014. Após esse período, o mercado deverá apresentar aumento de oferta na medida em que o ritmo dos novos projetos em curso avance e a produção de aço na China modere o seu crescimento.

O governo chinês vem adotando uma série de medidas restritivas para tentar conter o crescimento da economia. Mesmo assim, a China continuará respondendo por uma grande fatia do mercado de mineração, de acordo com projeções do CRU. O foco da urbanização chinesa prevalece assim como o gigantesco consumo interno. De acordo com World Steel Association e CRU, estima-se que em 2015 o país importará 895 milhões de toneladas de minério de ferro.

No curto prazo, uma forte demanda sazonal e rupturas de abastecimento poderão levar os preços spot de volta para US\$190/t frente aos atuais níveis de US\$180/t, suportados também pelo rápido crescimento da demanda dos mercados emergentes, a produção de alto custo na China e os gargalos de infra-estrutura nos novos projetos de mineração.

De acordo com a atual formação de preços, o segundo trimestre terá um preço base Platts (62%Fe CFR) 20% acima dos níveis praticados no primeiro trimestre 2011, atingindo US\$179,26. Devido ao cenário de consumo mundial, as expectativas para os próximos trimestres são positivas tanto em volume de vendas quanto em preços.

Durante o primeiro trimestre 2011 o Brasil manteve os níveis usuais de exportação de minério de ferro, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 71 milhões de toneladas. O primeiro

Comentário do Desempenho

trimestre é usualmente marcado por restrições sazonais na oferta, o que naturalmente refletiu numa redução de 18% no volume exportado no 1T11 quando comparado ao trimestre anterior.

Análise do Resultado

O setor de mineração abrange as atividades de mineração e comercialização de minério de ferro (Casa de Pedra e participação de 60% na Namisa), das operações do terminal portuário (Tecar), além de estanho produzido na ERSA.

Vendas de Minério de Ferro

No 1T11, as vendas de produtos acabados de minério de ferro da CSN e Namisa para terceiros somaram 6,6 milhões de toneladas¹, um crescimento de 17% em relação ao 1T10 e de 3% em relação ao 4T10. Deste total, as exportações representaram 6,2 milhões de toneladas, com 3,7 milhões de toneladas de minério de ferro vendidas pela Namisa.

O volume de minério de ferro destinado ao consumo próprio totalizou 1,7 milhão de toneladas no 1T11.

Considerando a participação de 60% da CSN na Namisa, as vendas atingiram 5,1 milhões de toneladas no 1T11, um crescimento de 23% em relação ao 1T10 e de 15% em relação ao 4T10.

Receita Líquida

No 1T11, a receita líquida somou R\$1,2 bilhão, um crescimento de 9% em relação ao 4T10. Esse desempenho reflete, principalmente, o crescimento no volume vendido do minério de ferro. Em relação ao 1T10, o crescimento da receita líquida atingiu 167%, refletindo os maiores preços e volumes no primeiro trimestre de 2011.

Custo dos Produtos Vendidos

No 1T11, o custo dos produtos vendidos totalizou R\$436 milhões, um crescimento de 32% em relação ao 4T10, por conta do mix de produtos vendidos. Na comparação com o 1T10, o custo dos produtos vendidos apresentou crescimento de 129%, devido ao maior volume de vendas de minério de ferro.

EBITDA ajustado

No 1T11, o EBITDA ajustado totalizou R\$792 milhões, estável em relação ao 4T10.

Já a margem EBITDA ajustada foi de 65% no 1T11, uma queda de 6 p.p. em relação ao 4T10, basicamente pelo crescimento do custo dos produtos vendidos, mencionado anteriormente.

Na comparação com o 1T10, o EBITDA ajustado apresentou crescimento de 196% e a margem EBITDA ajustada cresceu 6 p.p., explicado pelos maiores preços e volumes do 1T11.

¹ Volumes de vendas incluem 100% de participação na NAMISA.

Logística

Cenário

Panorama do ano de 2010

Logística Portuária

Segundo dados da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), a movimentação portuária total de cargas atingiu 834 milhões de toneladas em 2010, um crescimento de 14% em relação ao ano de 2009. Deste total, destaca-se o volume exportado de minério de ferro, que atingiu 311 milhões de toneladas em 2010, 16% acima do volume registrado em 2009. Em relação ao transporte de contêineres, os portos brasileiros registraram movimentação de 6,8 milhões de TEUs em 2010, um crescimento de 12% em comparação com 2009.

Logística Ferroviária

Segundo a ANTT (Agência Nacional dos Transportadores Terrestres), a movimentação de carga transportada por ferrovias atingiu 471 milhões de toneladas, um crescimento de 19% em relação a 2009. O destaque desse

Comentário do Desempenho

desempenho foi o crescimento de 59% no volume transportado de minério de ferro e carvão mineral. No mesmo período, a produção ferroviária apresentou um crescimento de 15% e atingiu 280 bilhões de TKU em 2010.

As perspectivas para o setor continuam bastante positivas. A ANTT estima que, em 2011, a carga movimentada em atinja 530 milhões de toneladas, a produção ferroviária alcance 315 bilhões de TKU e os investimentos em malhas concedidas à iniciativa privada totalizem R\$3 bilhões.

Análise dos Resultados

Este setor engloba as atividades de logística ferroviária, com participação em duas companhias ferroviárias (MRS Logística e Transnordestina Logística) e logística portuária, através do terminal Sepetiba Tecon.

1. Logística Ferroviária

Análise do resultado

Os resultados do exercício da MRS e da Transnordestina ainda não haviam sido divulgados até a data deste release. No 1T11, a receita líquida consolidada do segmento de logística ferroviária atingiu R\$232 milhões, o custo dos produtos vendidos foi de R\$145 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$92 milhões, com uma margem EBITDA ajustada de 40%.

2. Logística Portuária

Análise do resultado

No 1T11, a receita líquida consolidada do segmento de logística portuária atingiu R\$37 milhões, o custo dos produtos vendidos foi de R\$21 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$13 milhões, com uma margem EBITDA ajustada de 36%.

Cimento

Cenário

O mercado de cimento permanece aquecido no início de 2011. Dados preliminares do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) mostram que no primeiro trimestre de 2011 as vendas de cimento no mercado interno totalizaram 14,4 milhões de toneladas, um crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período de 2010. A região Sudeste foi responsável por cerca de metade desse consumo, seguida pela região Nordeste com 19% do consumo e a região Sul com 16%.

Ainda segundo o SNIC, as vendas acumuladas nos últimos 12 meses (de Abril 2010 a Março 2011) atingiram 60 milhões de toneladas, um aumento de 12,4% sobre igual período imediatamente anterior.

Análise do resultado

No 1T11 a receita líquida do segmento de cimento foi de R\$63 milhões com um volume de vendas de 335 mil toneladas e um custo de produtos vendidos de R\$49 milhões. O EBITDA ajustado apurado no 1T11 foi de R\$6 milhões enquanto a margem EBITDA ajustada registrada no período foi de 9%.

Energia

Análise Setorial

O mercado de energia elétrica nos primeiros meses do ano vem apresentando crescimento significativo no consumo, com alta, até fevereiro, de 5,1% sobre igual período do ano anterior, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia.

Embora o aumento do consumo de energia elétrica tenha se mantido em patamares elevados, a demanda está equilibrada com a oferta estrutural de energia durante os próximos 5 anos, de acordo com o estudo de Projeção da Demanda de Energia Elétrica publicado, recentemente, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Esta situação favorável deve-se, principalmente, ao crescimento da oferta agregada de energia, contratada nos leilões promovidos pelo governo federal, em níveis superiores ao crescimento da demanda, projetada em 5% a.a.

Comentário do Desempenho

Análise do resultado

No 1T11, a receita líquida do segmento de energia atingiu R\$29 milhões, o custo de serviços vendidos foi de R\$10 milhões e o EBITDA ajustado totalizou R\$19 milhões, enquanto a margem EBITDA ajustada chegou a 64%.

Mercado de Capitais

Desempenho das Ações

No 1T11, as ações da CSN mantiveram-se estáveis em relação ao 4T10. No mesmo período o IBOVESPA teve desvalorização de 1%.

O mesmo ocorreu na NYSE, onde os ADRs da CSN apresentaram-se estáveis quando comparados ao 4T10, enquanto o índice Dow Jones apresentou uma valorização de 6% no 1T11.

A média diária no 1T11 do volume financeiro negociado na BOVESPA com as ações da CSN foi de R\$ 83,5 milhões, volume 12% maior ao registrado no 4T10. Já na NYSE, os volumes médios diários negociados com os ADRs da CSN no 1T11 atingiram U\$73,4 milhões, volume superior em 4% ao registrado no 4T10.

A AGO realizada em 29/4/2011 aprovou a proposta da administração da Companhia de distribuição aos seus acionistas de R\$1.500.000 mil a título de dividendos e R\$356.800 mil na forma de juros sobre o capital próprio, totalizando R\$1.856.800 mil.

Rentabilidade - CSNA3 / SID / IBOVESPA / DOW JONES			
	1T10	4T10	1T11
Nº de ações	1.510.359.220	1.483.033.685	1.483.033.685
Valor de Mercado			
Cotação de Fechamento (R\$/ação)	34,53	26,67	26,68
Cotação de Fechamento (US\$/ADR)	19,34	16,67	16,66
Valor de Mercado (R\$ milhões)	50.348	38.884	38.899
Valor de Mercado (US\$ milhões)	28.200	24.304	24.290
Retorno total inclusive dividendos e JCP*			
CSNA3	27%	-9%	0%
SID	25%	-6%	0%
Ibovespa	3%	0%	-1%
Dow Jones	4%	7%	6%
Volume			
Média diária (mil ações)	4.739	2.666	3.036
Média diária (R\$ mil)	143.703	74.742	83.539
Média diária (mil ADRs)	6.577	4.202	4.377
Média diária (US\$ mil)	110.526	70.830	73.485

Fonte: Economática

* Os dados foram ajustados retroativamente pelo desdobramento de ações ocorrido em 25/03/2010

Eventos Subsequentes

Em 20/4/2011 a Companhia contratou, por meio de emissão de Nota de Crédito à Exportação, uma operação de financiamento à exportação com o Banco do Brasil S.A, no valor de R\$ 1,5 bilhão.

Na mesma data, a Companhia aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited, promovida pela Rio Tinto, por meio da qual alienará a totalidade de sua participação acionária detida no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações, ao preço de A\$ 16.50 por ação, totalizando cerca de A\$780 milhões.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional “CSN”, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, “Companhia”).

A CSN é uma Companhia que possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BOVESPA) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC).

As principais atividades operacionais da CSN estão divididas em 5 segmentos:

- **Siderurgia:**

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas (“UPV”) localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos e Portugal com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

- **Mineração:**

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda calcário e dolomito em filiais no Estado de Minas Gerais e estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Cimentos:**

A Companhia entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta nova atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios: a CSN Cimentos, que já está produzindo cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Atualmente o clínquer utilizado na fabricação do cimento é adquirido de terceiros, porém, começará a ser produzido pela CSN Cimentos em 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica em Arcos (MG), onde a CSN possui ainda uma mina de calcário.

- **Logística**

Ferrovias:

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística, que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística, que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon, o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo.

No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

Notas Explicativas

- **Energia:**

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia tem investido em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência.

Veja maiores detalhes dos investimentos estratégicos e segmentos da Companhia na Nota 26 - Informações por Segmento de Negócios.

2. RESUMOS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de preparação

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a Norma Internacional e respectivas normas expedidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

As informações trimestrais individuais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e normas emitidas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis às informações trimestrais.

A preparação das informações trimestrais em conformidade com o IFRS e BR GAAP requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório, e referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisão para passivos trabalhistas cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das informações trimestrais considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 03 de maio de 2011.

(b) Informações trimestrais consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

As informações trimestrais consolidadas no período findo em 31 de março de 2011 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic e Mugen, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

• Empresas

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/03/2011	31/12/2010	
Participação direta: consolidação integral			
CSN Islands VII	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands VIII	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands IX	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands X	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XI	100,00	100,00	Operações financeiras
CSN Islands XII	100,00	100,00	Operações financeiras
Tangua	100,00	100,00	Operações financeiras
International Investment Fund	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Minerals (1)	100,00	100,00	Participações societárias
CSN Export	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Metals (2)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Americas (3)	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
CSN Steel	100,00	100,00	Participações societárias e operações financeiras
TdBB S.A	100,00	100,00	Companhia dormente
Sepetiba Tecon	99,99	99,99	Serviços portuários
Mineração Nacional	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Aços Longos - Incorporada em 28/01/2011		99,99	Indústria e comércio de produtos siderúrgicos e/ou metalúrgicos
Florestal Nacional (4)	99,99	99,99	Reflorestamento
Estanho de Rondônia - ERSA	99,99	99,99	Mineração de Estanho
Cia Metalic Nordeste	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
Companhia Metalúrgica Prada	99,99	99,99	Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos
CSN Cimentos	99,99	99,99	Fabricação de cimento
Inal Nordeste	99,99	99,99	Centro de serviços de produtos siderúrgicos
CSN Gestão de Recursos Financeiros	99,99	99,99	Companhia dormente
Congonhas Minérios	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
CSN Energia	99,99	99,99	Comercialização de energia elétrica
Transnordestina Logística	82,91	76,45	Logística ferroviária
Participação indireta: consolidação integral			
CSN Aceros	100,00	100,00	Participações societárias
Companhia Siderurgica Nacional LLC	100,00	100,00	Siderurgia
CSN Europe (5)	100,00	100,00	Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias
CSN Ibéria	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Portugal (6)	100,00	100,00	Operações financeiras e comercialização de produtos
Lusosider Projectos Siderúrgicos	100,00	100,00	Participações societárias
Lusosider Aços Planos	99,94	99,94	Siderurgia e participações societárias
CSN Acquisitions	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Resources (7)	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Finance UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
CSN Holdings UK Ltd	100,00	100,00	Operações financeiras e participações societárias
Itamambuca Participações	99,99	99,99	Mineração e participações societárias
Participação direta: consolidação proporcional			
Nacional Minérios (NAMISA)	59,99	59,99	Mineração e participações societárias
Itá Energética	48,75	48,75	Geração de energia elétrica
MRS Logística	22,93	22,93	Transporte ferroviário
Consórcio da Usina Hidrelétrica de Igarapava	17,92	17,92	Consórcio de energia elétrica
Aceros Del Orinoco	22,73	22,73	Companhia dormente
Participação indireta: consolidação proporcional			
Namisa Internacional Minerios SLU	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
Namisa Europe	60,00	60,00	Participações societárias e comercialização de produtos e minérios
MRS Logística	10,34	10,34	Transporte ferroviário
Aceros Del Orinoco	9,08	9,08	Companhia dormente

- (1) Nova razão social da CSN Energy, alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (2) Nova razão social da CSN Overseas, alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (3) Nova razão social da CSN Panamá, alterado em 15 de dezembro de 2010.
- (4) Nova razão social da Itaguaí Logística, alterado em 27 de dezembro de 2010.
- (5) Nova razão social da CSN Madeira, alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (6) Nova razão social da Hickory, alterado em 08 de janeiro de 2010.
- (7) Nova razão social da CSN Cement, alterado em 18 de junho de 2010.

Notas Explicativas

- **Fundos exclusivos**

Sociedades com propósitos específicos	Participação no		Atividades principais
	31/03/2011	31/12/2010	
Participação direta: consolidação integral			
DIPLIC - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento
Mugen - Fundo de investimento multimercado	100,00	100,00	Fundo de investimento

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação. Os prejuízos não realizados são eliminados da mesma forma que os ganhos não realizados, porém somente na medida em que não haja indícios de redução ao valor de recuperação (*impairment*). A data base das informações trimestrais das controladas, coligadas e controladas em conjunto é coincidente com a da controladora, e suas políticas contábeis estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

- **Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

- **Coligadas**

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, acrescido da participação do investidor nos resultados da investida após a aquisição e outras mudanças no valor dos ativos líquidos e reduzido por qualquer perda acumulada de *impairment*.

- **Controladas em conjunto**

As informações trimestrais de controladas em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que o controle compartilhado deixa de existir. As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente.

- **Informação trimestral individual**

Nas informações trimestrais individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas. No caso da CSN, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial enquanto conforme o IFRS seria o custo ou valor justo.

Notas Explicativas

(c) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação do Grupo.

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período de 31 de março de 2011 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço, em 31 de março de 2011, US\$1 equivale a R\$1,6287 (R\$1,6662 em 31 de dezembro de 2010), EUR 1 equivale a R\$2,3129 (R\$2,2280 em 31 de dezembro de 2010) e JPY 1 equivale a R\$0,01961 (R\$0,0205 em 31 de dezembro de 2010).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

Notas Explicativas

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

(e) Contas a receber de clientes

Registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das informações trimestrais. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa provisão.

(f) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

(g) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas informações trimestrais individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentam moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda. Outros investimentos são registrados e mantidos ao custo, ou valor justo.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência e uniformidade de critérios com as práticas adotadas pela Companhia.

(h) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica remanescente dos bens conforme nota 12, a exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição, baixando o valor contábil da parte que está substituindo, se for provável que os futuros benefícios econômicos nele incorporados reverterão para a Companhia, e se o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/ outras despesas operacionais".

Notas Explicativas

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério. Gastos com exploração são despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração, após esse período os custos subsequentes de desenvolvimento são capitalizados.

(i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios e/ou gerados internamente.

Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas informações trimestrais consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. Deságio é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil econômica estimada.

(j) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Notas Explicativas

(k) Benefícios a empregados

i. Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores está vinculada ao alcance de metas operacionais e financeiras, substancialmente alocadas ao custo de produção, quando aplicável, às despesas gerais e administrativas.

(l) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou adquirida resultante de eventos passados, (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente, e (iii) quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. Provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados com base em uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e, onde apropriado, os riscos específicos do passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas Explicativas

(m) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais e os pagamentos são classificados como arrendamento mercantil operacional.

(n) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(o) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

(p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Notas Explicativas

(q) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(r) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro por ações diluído é igual ao lucro por ações básico.

(s) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a

Notas Explicativas

Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

(t) Pesquisa e desenvolvimento

Todos esses custos são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos exceto quando atender critérios para capitalização. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para o período findo em 31 de março de 2011 foi R\$1.312 (R\$886 em 31 de março de 2010).

(u) Instrumentos financeiros

i) Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

- **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

- **Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

ii) Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do

Notas Explicativas

resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Companhia, na data do balanço, avalia se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

- **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Impairment de ativos financeiros**

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment*

Notas Explicativas

são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

Ativos classificados como disponíveis para venda

A CSN avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a CSN usa os critérios mencionados acima. No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

Notas Explicativas

iii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

- **Ganho ou perda de variação cambial sobre investimentos em operações no exterior**

Qualquer ganho ou perda do instrumento relacionado com a parcela efetiva é reconhecido no patrimônio líquido. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

- **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (*hedge accounting*).

(v) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide Nota 26).

(w) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos e despesas correspondentes.

3. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Transações com a Controladora

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 47,86% de participação no capital votante.

Em 27 de dezembro de 2010, a Rio IACO adquiriu 3,99% de participação na CSN pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS") se tornando parte do grupo controlador.

A CSN registrou os juros sobre o capital próprio do período para a Vicunha Siderurgia e Rio Iaco, cujo montante acumulado com o saldo de 31 de dezembro de 2010 está indicado no quadro abaixo de acordo com o percentual de participação da Vicunha Siderurgia e Rio Iaco na CSN, até a data de fechamento dessas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Vicunha Siderurgia	Dividendo mínimo obrigatório	JCP propostos	Dividendo adicional proposto	Total	Dividendos distribuídos	JCP Pagos
Total em 31/03/2011	130.309	226.746	587.524	944.579		
Total em 31/12/2010	130.309	170.749	587.524	888.582	717.834	33.499

Rio Iaco	Dividendo mínimo obrigatório	JCP propostos	Dividendo adicional proposto	Total
Total em 31/03/2011	10.865	18.905	48.985	78.755
Total em 31/12/2010	10.865	14.236	48.985	74.086

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não revisadas):

Rio Purus Participações S.A. – detém 60% da National Steel e 59,99% da Vicunha Steel S.A.

CFL Participações S.A. – detém 40% da National Steel e 39,99% da Vicunha Steel S.A

National Steel – detém 33,04% da Vicunha Aços

Vicunha Steel – detém 66,96% da Vicunha Aços

Vicunha Aços – detém 99,99% da Vicunha Siderurgia

b) Transações com controladas em conjunto

As áreas estratégicas de mineração, logística e energia mantêm participação em empresas com controle conjunto. As características, objetivos e as transações com essas companhias são demonstradas a seguir:

• Ativo

Empresas	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuos (*)	Total
Nacional Minérios	147.382	587.770	1.214.928	1.950.080
MRS Logística	600	23.144		23.744
Itá Energética		5.321		5.321
Total em 31/03/2011	147.982	616.235	1.214.928	1.979.145
Total em 31/12/2010	47.268	616.989	1.241.095	1.905.352

(*) Contrato de mútuo no montante de R\$1.197.800, com início em 28 de janeiro de 2009, e juros no montante de R\$17.128 em 31 de março de 2011. Sobre o valor nominal desse contrato incide juros remuneratórios correspondentes a 101% do CDI Cetip, com vencimentos semestrais, e o principal será liquidado em 31 de janeiro de 2012.

• Passivo

Empresas	Adiantamento de clientes	Conta Corrente	Outras	Total
Nacional Minérios	7.972.708	29.259	55	8.002.022
MRS Logística			20.945	20.945
Itá Energética			14.633	14.633
Total em 31/03/2011	7.972.708	29.259	35.633	8.037.600
Total em 31/12/2010	7.924.542	18.423	68.340	8.011.305

Nacional Minérios: O adiantamento de clientes recebido da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigação contratual de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. O contrato tem taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para junho de 2042.

Notas Explicativas

MRS Logística: Em outras contas a pagar registramos o montante provisionado para cobrir despesas contratuais de *take or pay* e *block rates* relativo ao contrato de transporte ferroviário.

Itá Energética: Refere-se ao fornecimento de energia elétrica que é faturada em condições normais do mercado brasileiro de energia, regulamentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

• Resultado

Empresas	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros e variações monetárias	Total	Compras	Juros e variações monetárias	Total
Nacional Minérios	266.583	31.577	298.160	10.836	238.523	249.359
MRS Logística				103.127		103.127
Itá Energética				40.993		40.993
Total em 31/03/2011	266.583	31.577	298.160	154.956	238.523	393.479
Total em 31/03/2010	121.998	24.580	146.578	182.594	230.092	412.686

As principais operações da Companhia com as controladas em conjunto são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, prestação de serviços portuários e transportes ferroviários, assim como fornecimento de energia elétrica para as operações.

c) Transações com controladas e sociedades de propósitos específicos (fundos exclusivos)

• Ativo

Empresas	Contas a receber	Aplicações financeiras / Investimentos ⁽¹⁾	Empréstimos ⁽²⁾ / Adiantamentos	Dividendos a receber	Adiantamento para futuro aumento de capital	Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	Total
CSN Islands VIII					4.072	217.090	221.162
CSN Portugal	491.159						491.159
CSN Europe	219.141						219.141
CSN Export	90.136						90.136
Lusosider	27.534						27.534
International Investment Fund			20.457				20.457
Inal Nordeste	15.590						15.590
Companhia Metalúrgica Prada	85.887				41.000		126.887
CSN Cimentos	2.090				712.394		714.484
Cia. Metalic Nordeste	441						441
Estanho Rondônia			5.169				5.169
Transnordestina Logística					12.406		12.406
Florestal Nacional			140.733				140.733
Sepetiba Tecon	144			5.555			5.699
Itambuca Participações				301			301
Fundos Exclusivos		1.167.568					1.167.568
Total em 31/03/2011	932.122	1.167.568	166.359	5.856	769.872	217.090	3.258.867
Total em 31/12/2010	814.409	204.677	141.639	5.856	1.252.801	254.231	2.673.613

(1) As aplicações financeiras e os investimentos nos fundos exclusivos são administrados pelo Banco BTG Pactual. Os investimentos em ações da Usiminas totalizam R\$241.090 classificados como investimentos.

(2) International Investment Fund - Contrato em US\$: juros de 4,3% a.a. com vencimento indeterminado.

Florestal Nacional – Contratos em R\$: Juros de 100,5% a 105,5% CDI com vencimento prorrogado para 01 de julho de 2011 (vencimento anterior: 01 de abril de 2011).

(3) Contrato de instrumentos financeiros, especificamente Swap entre CSN e Islands VIII.

As contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora e as controladas.

Notas Explicativas

• Passivo

Empresas	Empréstimos e financiamentos			Contas a pagar		Total
	Pré-pagamento ⁽¹⁾	Fixed Rate Notes ⁽²⁾	Intercompany Bonds ⁽²⁾	Mútuos ⁽³⁾ / Conta Corrente	Outros	
CSN Islands VIII		1.178.396		1.496		1.179.892
CSN Portugal	330.633					330.633
CSN Europe			17.125	35.517		52.642
CSN Resources	1.788.890	721.022	1.546.909			4.056.822
CSN Aceros				16.373		16.373
CSN Ibéria				38.151		38.151
Estanho Rondônia					5.686	5.686
Congonhas Minérios			1.267.639			1.267.639
Outras(*)					1.880	1.880
Total em 31/03/2011	2.119.523	1.899.418	2.831.673	91.537	7.566	6.949.718
Total em 31/12/2010	2.080.721	1.955.135	2.253.838	570.257	43.774	6.903.725

As transações com essas controladas estão realizadas a condições de mercado.

- (1) Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 2,26% a 10,00% a.a. com vencimento em junho de 2018.
Contratos em US\$ - CSN Portugal: juros de 6,15% e 7,43% a.a. com vencimento em maio de 2015.
- (2) Contratos em US\$ - CSN Resources: intercompany bonds juros de 9,12% a.a. com vencimento em 01 de junho de 2047.
Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 3,99% a.a. com vencimento em abril de 2013.
Contratos em US\$ - CSN Resources: 2,01% e 2,50% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.
Contratos em US\$ - CSN Resources: juros de 4,14% a.a. com vencimento em julho de 2015.
Contratos em YEN - CSN Islands VIII: juros de 5,65% a.a. com vencimento em dezembro de 2013.
Contratos em US\$ - CSN Europe: libor semestral + 2,25% a.a. com vencimento em 15 de setembro de 2011.
Contratos em R\$ - Congonhas Minérios: 100,3% a 105,5% do CDI a.a. com vencimento prorrogado para 01 de julho de 2011 (vencimento anterior: 01 de abril de 2011).
- (3) Contratos em US\$ - CSN Ibéria: libor semestral + 3% a.a. com vencimento indeterminado.
- (*) Outros: Companhia Metalúrgica Prada, Cia. Metalic Nordeste, Sepetiba Tecon e Inal Nordeste.

Notas Explicativas

• Resultado

Empresas	Receitas			Despesas		
	Vendas	Juros e variações monetárias e cambiais	Total	Compras	Juros e variações monetárias e cambiais	Total
CSN Islands VIII		15.481	15.481		16.219	16.219
CSN Portugal	235.141	7.483	242.624		16.023	16.023
CSN Europe	51.085	1.924	53.009		4.656	4.656
CSN Resources		96.081	96.081		61.212	61.212
CSN Export	8.644		8.644		3.385	3.385
Lusosider	27.497	35	27.532			
International Investment Fund		162	162		429	429
CSN Ibéria		1.284	1.284		264	264
CSN Aceros		377	377			
Inal Nordeste	17.050		17.050	74		74
Companhia Metalúrgica Prada	261.036		261.036	3.698		3.698
CSN Cimentos	5.035		5.035	75		75
Cia. Metalic Nordeste	17.769		17.769	685		685
Estanho de Rondônia				15.712		15.712
Florestal Nacional		3.588	3.588			
Sepetiba Tecon	1.041		1.041	264		264
Fundos Exclusivos					80.176	80.176
Congonhas Minérios					33.566	33.566
Total em 31/03/2011	624.298	126.415	750.713	20.508	215.930	236.438
Total em 31/03/2010	528.674	190.058	718.732	10.757	219.681	230.438

As principais operações da Companhia com as controladas são as operações de venda e compras de produtos e serviços, que incluem o fornecimento de minério de ferro, aço e prestação de serviços portuários.

d) Outras partes relacionadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 28.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é mantenedora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

Notas Explicativas

• CBL – Companhia Brasileira de Latas

A CBL – Companhia Brasileira de Latas é uma empresa que atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para os segmentos alimentício e químico, fornecendo para as principais empresas do mercado. A CSN detém participação de 0,0053% em função de ser debenturista da CBL.

Em 31 de março de 2011, a Companhia mantém no longo prazo, contas a receber no montante de R\$239.039 (R\$239.039 em 31 de dezembro de 2010) e debêntures no montante de R\$212.870 (R\$212.870 em 31 de dezembro de 2010) que estão devidamente provisionados.

Os saldos das transações entre a Companhia e essas entidades estão demonstrados a seguir:

Ativo e Passivo

Empresa	Ativo			Passivo			
	Bancos/Aplicações Financeiras	Contas a receber	Conta Corrente	Total	Passivo Atuarial	Contas a Pagar	Total
CBS Previdência					367.839	7	367.846
Fundação CSN			1.199	1.199		80	80
Banco Fibra	72			72			
Usiminas		25.826		25.826		12.839	12.839
Panatlântica		17.172		17.172			
Total em 31/03/2011	72	42.998	1.199	44.269	367.839	12.926	380.765
Total em 31/12/2010	86	24.682	1.199	25.967	367.839	16.133	383.972

Resultado

Empresa	Receitas		Despesas		
	Vendas / Receitas de Juros	Total	Despesas com Fundo de Pensão	Compras / Outras despesas	Total
CBS Previdência			15.345		15.345
Fundação CSN				447	447
Banco Fibra	35	35			
CBL	16.900	16.900		12.304	12.304
Usiminas	79.971	79.971		6.038	6.038
Panatlântica	55.772	55.772			
Total em 31/03/2011	152.678	152.678	15.345	18.789	34.134
Total em 31/03/2010	11.138	11.138	18.491	68	18.559

e) Pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de março de 2011.

	31/03/2011	31/03/2010
	Resultado	Resultado
Benefícios de curto prazo para empregados e administradores	1.913	1.925
Benefícios pós-emprego	20	20
Outros benefícios de longo prazo	n/a	n/a
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
	1.933	1.945

n/a – Não aplicável

Notas Explicativas

f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Circulante				
Disponibilidades				
Caixa e Bancos	120.633	156.580	31.125	14.033
Aplicações Financeiras				
No País:				
Fundos de investimentos exclusivos			926.478	
Fundos de investimentos			508.258	
Títulos públicos	1.344.041	477.529		
Renda fixa e debêntures (*)	2.366.653	2.134.364	52.625	93.062
	3.710.694	2.611.893	1.487.361	93.062
No Exterior:				
<i>Time Deposits</i>	7.283.720	7.470.805	1.160	1.202
Total das Aplicações Financeiras	10.994.414	10.082.698	1.488.520	94.264
Caixa e equivalentes de caixa	11.115.047	10.239.278	1.519.645	108.297

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimentos exclusivos, com operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e privados e com liquidez imediata. Adicionalmente, parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha.

Os fundos exclusivos, administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM e os seus ativos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os cotistas do fundo podem ser chamados a garantir o patrimônio líquido em caso de perdas decorrentes de alterações de taxa de juros, câmbio ou de outros ativos financeiros.

O fundo de investimento "Vértice" tem sua administração e a gestão da carteira realizados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

(*) **Renda Fixa:** Aplicações financeiras no montante de R\$1.978.029 no consolidado e R\$52.625 na controladora, lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

(*) **Debêntures:** Aplicações da Companhia no montante de R\$388.624 no consolidado, sendo R\$350.394 da controlada e R\$38.230 da controlada em conjunto MRS, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Notas Explicativas

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Clientes				
Terceiros				
Mercado interno	907.167	846.507	561.766	577.589
Mercado externo	614.689	530.356	6.043	14.948
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(125.166)	(117.402)	(104.395)	(99.023)
	1.396.690	1.259.461	463.414	493.514
Partes Relacionadas (Nota 3 - b e c)			1.080.104	861.677
	1.396.690	1.259.461	1.543.518	1.355.191
Outras Contas a Receber				
Dividendos a receber			621.790	622.544
Empréstimos com controladas e controladas em conjunto	529.980	17.318	1.360.830	164.210
Outros créditos	66.157	90.980	26.939	39.027
	596.137	108.298	2.009.559	825.781
	1.992.827	1.367.759	3.553.077	2.180.972

A fim de atender a necessidade de alguns clientes do mercado interno, referente ao alongamento do prazo de pagamento no faturamento de aço, em comum acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curtíssimo prazo (até 14 dias), à pedido do cliente, são fechadas operações de cessão de crédito sem coobrigação negociadas entre o cliente e bancos de relacionamento comum, onde a CSN cede as duplicatas/títulos de sua emissão aos bancos de relacionamento comum.

Pela característica das operações de cessão de crédito sem coobrigação, a CSN após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos proveniente do fechamento de cada operação, liquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação.

Essa operação totaliza um montante de R\$284.095 em 31 de março de 2011 (R\$247.680 em 31 de dezembro de 2010), deduzido do contas a receber.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Saldo inicial	(117.402)	(164.077)	(99.023)	(107.558)
Provisão para perdas de contas a receber de clientes	(10.614)	(7.439)	(9.143)	(8.535)
Créditos recuperados	2.850	54.114	3.771	17.070
	(125.166)	(117.402)	(104.395)	(99.023)

Notas Explicativas

6. ESTOQUES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Produtos acabados	847.239	1.016.594	611.004	783.556
Produtos em elaboração	635.856	588.723	526.163	550.824
Matérias-primas	675.745	656.286	530.160	534.514
Almoxarifado	907.760	864.205	767.304	737.407
Minério	316.684	313.716	166.412	179.543
Provisão para perdas	(97.545)	(83.738)	(87.317)	(79.131)
	3.285.739	3.355.786	2.513.726	2.706.713

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objetos de constituição de provisões.

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía estoques de longo prazo de minério de ferro no valor de R\$130.341, classificados em outros ativos não circulantes (R\$130.341 em 31 de dezembro de 2010).

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes classificados no ativo circulante possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Impostos antecipação	23.301	89.596		7.129
Margem garantia instrumentos financeiros (Nota 15)	295.687	254.485		
Ganhos não realizados com derivativos			217.090	254.231
	318.988	344.081	217.090	261.360

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

(a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do período estão demonstrados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
(Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(96.670)	(37.635)	(48.411)	(9.799)
Diferido	41.375	6.511	90.362	54.639
	(55.295)	(31.124)	41.951	44.840

Notas Explicativas

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social da controladora e consolidado e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro antes do IR e da CSLL	670.990	478.394	575.568	404.098
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IR / CSLL pela alíquota fiscal combinada	(228.137)	(162.654)	(195.693)	(137.393)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Benefício de juros sobre capital próprio - JCP	39.784	30.329	39.784	30.329
Equivalência Patrimonial / Resultados de subsidiárias com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas	123.576	19.835	183.511	82.384
Incentivos fiscais	1.927	140	1.927	
Ajustes decorrentes dos Parcelamentos da Lei 11.941 e da MP 470		103.181		99.710
Outras exclusões (adições) permanentes (*)	7.555	(21.955)	12.422	(30.190)
IR / CSLL no resultado do período	(55.295)	(31.124)	41.951	44.840
Alíquota efetiva	8%	7%	-7%	-11%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Diferido				
Prejuízos fiscais de imposto de renda	3.713	4.944		
Bases negativas de contribuição social	1.428	1.871		
Diferenças temporárias	1.543.753	1.586.126	922.961	854.437
- Provisão para contingências	340.489	298.708	323.148	276.098
- Provisão para perdas em ativos	42.174	40.345	22.237	22.342
- Provisão para perdas de estoques	28.752	26.011	28.443	25.660
- Provisão para ganhos/perdas em instrumentos financeiros	130.968	183.169	107.211	116.753
- Provisão para JCP	161.141	121.351	161.141	121.351
- Provisão vendas a longo prazo	1.221	1.221	1.221	1.221
- Provisão para consumos e serviços	48.272	43.828	31.688	31.371
- Provisão para devedores duvidosos	149.096	146.865	147.698	144.732
- Provisão para pagamentos planos previdência privada	7.012	7.012		
- Juros capitalizados	46.980	57.813	27.696	37.475
- Ágio na incorporação	529.095	599.730	33.436	36.780
- Outras	58.553	60.073	39.042	40.654
	1.548.894	1.592.941	922.961	854.437
Ativo Não Circulante	1.559.215	1.592.941	922.961	854.437
Passivo Não Circulante	(10.321)			

Algumas companhias do grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL não sujeitos a prazo prescricional e fundamentadas no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração.

Em julho de 2010, a controladora aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS e optou por compensar parte do saldo em 31 de dezembro de 2009 da parte B do LALUR dos créditos de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$110.192 e R\$39.669, respectivamente, com as quatro últimas parcelas do programa de recuperação fiscal, modalidade débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/09 parcelados em 12 meses, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

Notas Explicativas

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que possam modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido são revisados mensalmente e as projeções anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela referida instrução e do limite de 30% do lucro real.

Algumas subsidiárias da CSN possuem créditos fiscais no montante de R\$298.339 e R\$84.704 de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa, para as quais não foram constituídos impostos diferidos, dos quais R\$15.364 expiram em 2011, R\$52 em 2012, R\$9.241 em 2013, R\$647 em 2014, R\$26.569 em 2015, e R\$41.314 em 2025. O restante dos créditos fiscais refere-se a empresas nacionais, portanto, não possuem prazo de expiração.

O benefício fiscal do ágio da Nacional Minérios S.A., originado na incorporação da Big Jump em julho de 2009, foi de R\$1.391.858. Até 31 de março de 2011 foi realizado o montante de R\$463.953 (R\$394.360 até o ano de 2010), restando R\$927.905, que será realizado até 2014. De 2011 a 2013, essa realização será de R\$208.779 para 2011, R\$278.372 para os anos de 2012 e 2013 e no último ano, em 2014, o benefício será de R\$162.382.

Os lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia foram investidos e continuam a serem investidos em suas operações. Estes lucros não distribuídos de subsidiárias estrangeiras da Companhia totalizaram R\$ 2.662.776 em 31 de março de 2011. Se as circunstâncias mudarem e a posição das autoridades fiscais na aplicação de tratados para evitar a dupla tributação prevalecer nos tribunais, estes lucros não distribuídos poderão gerar um risco fiscal de R\$ 1.157.705.

(c) Imposto de renda reconhecido no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Imposto de renda e contribuição social (perdas)/ganhos				
Ganhos e perdas atuariais	125.065	125.065	125.065	125.065
Instrumentos financeiros (disponível para venda)	1.652	75.522	(9.161)	11.242
Investimento em operações no exterior	434.731	433.297	434.731	433.297

(d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente e Incentivo a Projetos Desportivos e Paradesportivos. Em 31 de março de 2011, somavam o montante de R\$2.596 (R\$8.160 em 31 de dezembro de 2010).

9. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos não circulantes classificados no realizável a longo prazo possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais (Nota 19)	2.797.959	2.774.706	2.724.178	2.704.026
Tributos a Recuperar (*)	246.524	247.910	109.240	122.868
Outros	281.721	283.478	172.690	172.202
	3.326.204	3.306.094	3.006.108	2.999.096

(*) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de 48 meses.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS

a) Participações diretas em empresas controladas e controladas em conjunto

Empresas	Quantidade de ações (em unidades)		% Participação direta	Lucro líquido (prejuízo) do período			Patrimônio líquido			Lucro líquido (prejuízo) do período			Patrimônio líquido					
	Ordinárias	Preferenciais		Ativo	Passivo	líquido	Participação direta	Ativo	Passivo	líquido	Ativo	Passivo	líquido					
	31/03/2011													31/03/2010			31/12/2010	
Cia. Metalic Nordeste	92.293.156		99,99	5.247	158.172	47.690	110.482	99,99	8.776	153.707	48.472	105.235						
INAL Nordeste	43.985.567		99,99	(1.747)	47.113	18.459	28.654	99,99	(787)	41.926	11.524	30.402						
CSN Aços Longos (*)				(334)				99,99	(282)	529.833	265.516	264.317						
GalvaSud									8.424									
CSN Steel	1.204.072.527		100,00	(63.009)	3.433.874	137.899	3.295.975	100,00	(82.791)	3.450.038	99.293	3.350.745						
CSN Metals	256.951.582		100,00	(10.520)	962.355	5.872	956.483	100,00	27.835	972.894	5.905	966.989						
CSN Americas	151.877.946		100,00	26.849	991.591	4.888	986.703	100,00	26.278	964.271	4.857	959.414						
CSN Minerals	131.649.926		100,00	144.771	1.787.188	4.539	1.782.649	100,00	48.222	1.649.792	4.463	1.645.329						
CSN Export	1.036.429		100,00	51.274	548.538	153.122	395.416	100,00	(1.177)	499.857	155.713	344.144						
Companhia Metalúrgica Prada	3.444.661		99,99	1.925	691.493	208.747	482.746	99,99	4.970	609.133	170.423	438.710						
CSN Islands VII	20.001.000		100,00	(1.557)	295.902	269.765	26.137	100,00	(73)	254.706	227.013	27.693						
CSN Islands VIII	1.000		100,00	(475)	1.188.274	1.142.421	45.853	100,00	872	1.224.853	1.178.529	46.324						
CSN Islands IX	3.000.000		100,00	1.448	666.333	665.108	1.225	100,00	(887)	698.345	698.567	(222)						
CSN Islands X	1.000		100,00	632	75	34.997	(34.922)	100,00	(1.690)	92	35.645	(35.553)						
CSN Islands XI	50.000		100,00	(137)	1.227.811	1.221.959	5.852	100,00	(5.066)	1.277.555	1.271.521	6.034						
CSN Islands XII	1.540		100,00	(26.823)	1.570.700	1.626.710	(56.010)	100,00		1.634.731	1.663.925	(29.194)						
Tangua	10		100,00	(469)	20.758	38	20.720	100,00	6.470	21.228	39	21.189						
International Investment Fund	50.000		100,00	925	142.512	20.457	122.055	100,00	5.355	141.852	20.724	121.128						
MRS Logística	188.332.667	151.667.313	22,93	142.437	4.682.215	2.535.437	2.146.778	22,93	129.665	4.804.344	2.784.496	2.019.848						
Transnordestina Logística	1.474.520.512	255.863.653	82,91	(10.699)	2.826.089	1.726.723	1.099.366	76,45	(4.419)	2.801.908	1.995.861	806.047						
Sepetiba Tecon	254.015.053		99,99	8.123	307.860	111.823	196.037	99,99	8.316	293.264	105.350	187.914						
Itá Energética	520.219.172		48,75	14.093	858.279	247.271	611.008	48,75	11.742	852.239	255.324	596.915						
CSN Energia	26.123		99,99	(372)	17.557	(2)	17.559	99,99	640	17.929	(1)	17.930						
Estanho de Rondônia - ERSA	34.236.307		99,99	5.386	33.144	9.621	23.523	99,99	75	27.684	9.548	18.136						
Congonhas Minérios	64.610.863		99,99	(5.148)	2.088.982	2.072.772	16.210	99,99	86	2.035.285	2.013.926	21.359						
Mineração Nacional	1.000.000		99,99	22	1.071	3	1.068	99,99	2	1.048	2	1.046						
Nacional Minérios	475.067.405		59,99	591.006	14.289.498	2.984.836	11.304.662	59,99	232.050	13.688.670	2.934.166	10.754.504						
CSN Cimentos	854.313.855		99,99	817	1.251.178	859.635	391.543	99,99	(956)	1.217.313	854.590	362.723						
Florestal Nacional	1.000.000		99,99	(16.051)	603.848	622.131	(18.283)	99,99	1	449.901	525.806	(75.905)						

(*) Incorporada em 28/01/2011.

A quantidade de ações, os valores de lucro/prejuízo do período e patrimônio líquido, referem-se a 100% dos resultados das empresas.

b) Movimentação dos investimentos

	31/03/2011	31/12/2010
Saldo inicial dos investimentos	17.023.295	13.860.165
Saldo inicial de provisão para perdas	(140.875)	(51.246)
Aumento de Capital/Aquisições ações	802.190	2.430.965
Dividendos		(622.544)
Resultado Equivalência Patrimonial	496.762	1.438.170
Resultados Abrangentes	138.095	(161.036)
Incorporação de controlada (*)	(263.983)	
Outros	940	(12.054)
Saldo final dos investimentos	18.165.639	17.023.295
Saldo final de provisão para perdas	(109.215)	(140.875)

(*) Incorporação da CSN Aços Longos em 28/01/2011

Notas Explicativas

c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

- CIA. METALIC NORDESTE

Sediada em Maracanaú, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas basicamente à indústria de bebidas.

Sua unidade operacional se caracteriza como uma das mais modernas existentes no mundo e conta com duas linhas de produção distintas: Latas - cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora. Tampas - cuja matéria-prima é o alumínio.

Sua produção está voltada principalmente para mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

- INAL NORDESTE

Sediada em Camaçari, Estado da Bahia, a sociedade tem como objetivo reprocessar e atuar como distribuidora de produtos siderúrgicos da CSN na condição de centro de serviços e de distribuição na região nordeste do país.

- AÇOS LONGOS

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de laminados longos de aço, exceto tubos.

A empresa iniciou a construção da planta em 02 de outubro de 2009 com previsão para início das operações em 2012.

Em 28 de janeiro de 2011, a CSN incorporou a controlada CSN Aços Longos. A incorporação resultou em otimização de processos, redução e simplificação de custos administrativos, notadamente de natureza gerencial, devido a concentração em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas das suas sociedades.

- COMPANHIA METALÚRGICA PRADA

Embalagens

No mercado desde 1936, a Companhia Metalúrgica Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em suas três unidades de produção – São Paulo, Pelotas e Uberlândia – a Prada produz mais de 1 bilhão de latas de aço ao ano, um desempenho que se deve a uma associação de atributos presentes na trajetória da empresa desde a sua fundação.

Distribuição

A unidade Distribuição atua na área de processamento e distribuição de aços planos com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. Os materiais fabricados pela unidade Distribuição são produzidos a partir de laminados a quente, laminados a frio, zincados por imersão, folhas de flandres, cromadas, não revestidas, aço pré-pintado e galvalume. A unidade Distribuição é também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo a demanda de empresas de todo o País.

Notas Explicativas

- SEPETIBA TECON

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres n.º 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística. Os serviços prestados dentro desse contrato são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, veículos, produtos siderúrgicos, entre outros produtos e serviço de lavagem e higienização de contêineres.

A Sepetiba Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.

Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

- CSN ENERGIA

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

- TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA

Tem como objetivo principal a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2008 a posição acionária da Companhia no capital social da Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") era de 84,49%. Atualmente a TLSA é uma controlada da CSN, consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia desde dezembro de 2009, quando a CSN atingiu uma participação de 84,97% do seu capital social, o equivalente a 740.372.383 ações ordinárias. A consolidação da TLSA nas demonstrações financeiras da Companhia resultou dos aumentos de capital realizados pela CSN durante o exercício de 2009 e que não foram acompanhados pela acionista Taquari Participações S.A. Naquele mesmo ano, o Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR subscreveu 45.513.333 novas ações preferenciais, passando a deter ao término do exercício de 2009, 5,22% do capital social da TLSA.

Em 2010 o FINOR transferiu suas 45.513.333 ações preferenciais para a CSN e, em seguida, subscreveu outras 61.286.145 novas ações preferenciais que posteriormente foram transferidas ao BNDES e BNDESPAR, ficando com sua posição acionária zerada no final daquele mesmo exercício.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía um total de 914.636.803 ações ordinárias e 45.513.333 ações preferenciais, representando o equivalente a 76,45% do capital social da TLSA

A participação da Companhia em 31/03/2011 no Capital Social da TLSA era de 82,91%, tendo em vista o aumento de capital aprovado em 28/02/2011 onde a Companhia subscreveu outras 474.520.512 novas ações ordinárias emitidas pela Transnordestina.

- ESTANHO DE RONDÔNIA - ERSÁ

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapuã do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapuã do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

Notas Explicativas

- CSN CIMENTOS

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A Companhia iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

d) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

- COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL – LLC (“CSN LLC”)

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas.

- LUSOSIDER

Constituída em 1996 em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano. A Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A Empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada.

Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

e) Outros investimentos

- RIVERSDALE MINING LIMITED - Riversdale

Constituída em 1986, a Riversdale Mining Limited (“Riversdale”), é uma empresa de mineração listada na Australian Stock Exchange. A Riversdale pretende desenvolver-se como uma mineradora diversificada, com foco no crescimento através do investimento em oportunidades de mineração. A empresa possui minas de antracito na África do Sul e de carvão metalúrgico e térmico em Moçambique.

Em 31 de março de 2011, a CSN possuía 47.291.891 ações da empresa representando 19,98% do capital social.

- PANATLÂNTICA

Em 05 de janeiro de 2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição de ações ordinárias representativas de 9,39% do capital social da Panatlântica S.A. (“Panatlântica”), sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Atualmente esse investimento está avaliado a valor justo.

- USIMINAS

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A Companhia produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga - Minas Gerais e Cubatão - São Paulo, respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. A Companhia possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna - Minas Gerais, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A Companhia mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Notas Explicativas

A Companhia é listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa": USIM3 e USIM5). Em 31 de março de 2011, a CSN possuía direta e indiretamente 45.162.700 ações ordinárias e 25.421.900 ações preferenciais.

11. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS EM CONJUNTO

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir e foram consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o percentual de participação descritos no item (b) da nota 2.

	31/03/2011			31/12/2010		
	NAMISA	MRS	ITASA	NAMISA	MRS	ITASA
Ativo circulante	4.497.167	887.157	104.543	3.937.574	1.034.466	82.817
Ativo não circulante	9.572.598	3.795.058	753.736	9.519.584	3.769.878	769.422
Realizável a longo prazo	8.552.775	437.782	44.518	8.570.421	476.758	48.850
Investimentos, imobilizado e intangível	1.019.823	3.357.276	709.218	949.163	3.293.120	720.572
Total do Ativo	14.069.765	4.682.215	858.279	13.457.158	4.804.344	852.239
Passivo circulante	2.548.512	890.909	121.048	1.273.436	1.015.234	115.454
Passivo não circulante	257.221	1.644.528	126.223	1.455.604	1.769.262	139.870
Patrimônio líquido	11.264.032	2.146.778	611.008	10.728.118	2.019.848	596.915
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	14.069.765	4.682.215	858.279	13.457.158	4.804.344	852.239

	31/03/2011			31/03/2010		
	NAMISA	MRS	ITASA	NAMISA	MRS	ITASA
Receita Líquida	933.661	649.573	58.373	343.774	555.044	55.092
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(349.500)	(371.485)	(19.345)	(179.594)	(287.582)	(17.890)
Lucro (Prejuízo) Bruto	584.161	278.088	39.028	164.180	267.462	37.202
(Despesas) e Receitas Operacionais	(143.321)	(15.803)	(13.292)	(87.868)	(46.941)	(13.183)
Resultado Financeiro Líquido	258.174	(45.644)	(4.327)	235.306	(24.096)	(6.208)
Lucro (Prejuízo) antes do IR/CSL	699.014	216.641	21.409	311.618	196.425	17.811
IR / CSL correntes e diferidos	(122.251)	(74.204)	(7.316)	(80.051)	(66.761)	(6.069)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	576.763	142.437	14.093	231.567	129.664	11.742

- NACIONAL MINÉRIOS – NAMISA

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objeto principal a produção, compra e venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro.

Em dezembro de 2008 a CSN alienou 2.271.825 ações do capital votante da Nacional Minérios S.A. para empresa *Big Jump Energy Participações S.A. (Big Jump)*, cujos acionistas são as empresas Posco e Brazil Japan Iron Ore Corp (Itochu Corporation, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries, Ltd., Kobe Steel Ltd., Nisshin Steel Co. Ltd., Nippon Steel). Subsequentemente a essa venda, a *Big Jump* subscreveu novas ações integralizando em dinheiro o total de US\$3,041,473 mil correspondentes a R\$7.286.154, dos quais R\$6.707.886 foram registrados como ágio na subscrição de ações.

Devido à nova estrutura societária da controlada em conjunto, onde a *Big Jump* detém 40% e a CSN 60% e, devido ao acordo de acionistas assinado entre as partes, a CSN a consolida proporcionalmente.

Referido acordo de acionistas prevê que determinadas situações de impasse extremo entre os acionistas, não resolvido após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito da CSN exercer opção de compra e da *Big Jump* exercer opção de venda da participação acionária da *Big Jump* na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa e a CSN, prevêem determinadas obrigações de fazer que, se não

Notas Explicativas

cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, em determinadas situações extremas, podem ensejar o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária da Big Jump na Namisa.

Em continuidade ao processo de reestruturação da Namisa, em 30 de julho de 2009 a controlada em conjunto incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando Posco e Brazil Japan Iron Corp. a deter participação direta de 39,99% na Namisa. Nessa operação de incorporação não houve alteração na participação da CSN.

- MRS LOGÍSTICA

A sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996. Em 2008 a CSN integralizou na Namisa 10% de sua participação na MRS, baixando essa participação direta de 32,93% para 22,93%.

Além dessa participação direta, a Companhia ainda mantém participações indiretas de 6% por meio da Nacional Minérios S.A. – Namisa, companhia consolidada proporcionalmente e, 4,34% por meio da International Investment Fund.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Na extinção da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

- ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ITASA

A CSN detém 48,75% do capital subscrito e do total de ações ordinárias de emissão da Itasa, uma sociedade de propósito específico, originalmente criada para viabilizar a construção da Usina Hidrelétrica de Itá: a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

A Itasa detém 60,5% de participação no Consórcio Itá, criado para exploração da Usina Hidrelétrica de Itá, conforme contrato de concessão de 28 de dezembro de 1995 e seu termo aditivo n.º 1 datado de 31 de julho de 2000, firmado entre as consorciadas (Itasa e Centrais Geradoras do Sul do Brasil - Gerasul, antiga denominação da Tractebel Energia S.A.), outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cujo prazo se encerrará em outubro de 2030.

Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, quantidade correspondente à energia do projeto rateada entre as consorciadas, cabendo à outra consorciada, Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), os 39,5 % restantes. Dos 404,14 MW médios que cabem à companhia, 342,95 MW médios são vendidos aos seus acionistas na proporção de sua participação na companhia, e 61,19 MW médios são vendidos à consorciada Tractebel.

- CONSÓRCIO DA USINA ELÉTRICA DE IGARAPAVA

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada no Rio Grande, a 400 km de Belo Horizonte e 450 km de São Paulo, com capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo, é considerado um grande marco para a geração de energia no Brasil.

Igarapava distingue-se por ser a primeira Hidrelétrica constituída através de um consórcio de 5 grandes empresas.

A CSN detém 17,92% do capital subscrito do consórcio, cujo propósito específico é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

Notas Explicativas

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de março de 2011 é de R\$32.627 (R\$32.919 em 31 de dezembro de 2010) e o valor da despesa atribuível a CSN é R\$1.452 (R\$1.593 em 31 de março de 2010).

12. IMOBILIZADO

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	
Custo do imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.411.645	9.415.617	129.434	4.515.806	1.237.812	16.886.106
Efeito de variação cambial	500	1.181	7.596	151	(291)	104	9.241
Aquisições					819.722		819.722
Alienações		(6.679)	(9.696)	(432)		(2.026)	(18.833)
Transferência para outras categorias de ativos	2.333	10.276	174.116	2.523	(305.661)	96.529	(19.884)
Baixa do almoxarifado para consumo interno						(58.372)	(58.372)
Transferência para intangível					(20)	(2.621)	(2.641)
Outros					(556)	(717)	(1.273)
Saldo em 31 de março de 2011	178.625	1.416.423	9.587.633	131.676	5.029.000	1.270.709	17.614.066
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(198.037)	(2.441.593)	(101.007)		(368.902)	(3.109.539)
Efeito de variação cambial		(568)	(7.405)	(107)		(67)	(8.147)
Depreciação		(6.317)	(202.754)	(1.168)		(7.277)	(217.516)
Alienações			542	422		1.419	2.383
Transferência para outras categorias de ativos		4.612	19.729	(43)		(4.414)	19.884
Transferências para intangível						2.237	2.237
Outros		941	4.634	122		369	6.066
Saldo em 31 de março de 2011		(199.369)	(2.626.847)	(101.781)		(376.635)	(3.304.632)
Imobilizado Líquido							
Em 31 de dezembro de 2010	175.792	1.213.608	6.974.024	28.427	4.515.806	868.910	13.776.567
Em 31 de março de 2011	178.625	1.217.054	6.960.786	29.895	5.029.000	894.074	14.309.434

	Controladora						Total
	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Outros (*)	
Custo do imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2010	94.133	842.117	7.334.173	113.178	1.649.182	336.080	10.368.863
Incorporação de controlada (Nota 10)			365	507	506.582	415	507.869
Aquisições					345.648		345.648
Alienações				(431)		(768)	(1.199)
Transferências para outras categorias de ativos	2.408	2.996	134.950	1.549	(228.105)	66.318	(19.884)
Baixa do almoxarifado para consumo interno						(58.021)	(58.021)
Transferências para intangível					(20)		(20)
Outros					172	(717)	(545)
Saldo em 31 de março de 2011	96.541	845.113	7.469.488	114.803	2.273.459	343.307	11.142.711
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2010		(75.291)	(1.682.516)	(91.225)		(87.415)	(1.936.447)
Incorporação de controlada (Nota 10)			(15)	(46)		(60)	(121)
Depreciação		(5.293)	(166.993)	(920)		(2.738)	(175.944)
Alienações				422		768	1.190
Transferências para outras categorias de ativos			19.868	3		13	19.884
Saldo em 31 de março de 2011		(80.584)	(1.829.656)	(91.766)		(89.432)	(2.091.438)
Imobilizado Líquido							
Em 31 de dezembro de 2010	94.133	766.826	5.651.657	21.953	1.649.182	248.665	8.432.416
Em 31 de março de 2011	96.541	764.529	5.639.832	23.037	2.273.459	253.875	9.051.273

(*) No consolidado referem-se, substancialmente à ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes. Na controladora inclui benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Notas Explicativas

Segue prazo médio ponderado de depreciação (anos):

	Consolidado	Controladora
Edificações	45	45
Máquinas, equipamentos e instalações	15	15
Móveis e utensílios	10	10
Outros	15	15

a) Foram capitalizados custos dos empréstimos no trimestre no montante de R\$46.523 (R\$19.071 no trimestre de 2010) na controladora e R\$70.868 (R\$19.071 no trimestre de 2010) no consolidado. Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de mineração, cimento, aços longos e Transnordestina, que referem substancialmente a: (i) expansão da Casa de Pedra (ii) construção da fábrica de cimentos em Volta Redonda (RJ) e da fábrica de clínquer em Arcos (MG); (iii) construção da usina de aços longos em Volta Redonda (RJ) e (iv) ampliação da ferrovia Transnordestina que ligará o cerrado do nordeste aos portos de Suape (PE) e Pecém (CE).

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

TAXAS	
Projetos específicos	Projetos não específicos
TJLP + 1,3% até 3,2% UM006 + 2,7%	9,12%

b) As adições da depreciação, amortização e exaustão do período foram distribuídas conforme abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Custo de Produção	205.429	190.766	167.203	150.887
Despesa Vendas	1.758	1.589	1.322	1.246
Despesa Gerais e Administrativas	7.426	6.597	1.623	1.917
Outras operacionais	6.906	3.346	6.704	3.162
	221.519	202.298	176.852	157.212

c) A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração da Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de nossa propriedade.

Em de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$2.528.568 e R\$2.167.378, respectivamente, representados principalmente por obras em andamento no montante de R\$1.271.423 e R\$911.077. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, os juros capitalizados no imobilizado de Casa de Pedra foram de R\$10.066 (R\$12.583 no trimestre findo em 31 de março de 2010).

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio	Intangível prazo de vida útil definida	Software	Outros	Total
Custo de aquisição					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	704.007	49.909	73.933	1.002	828.851
Efeito de variação cambial			225	22	247
Aquisições e gastos			3.318	8	3.326
Alienações			(521)	(489)	(1.010)
Transferência do realizável a longo prazo				5.059	5.059
Transferência do imobilizado			2.641		2.641
Outras movimentações			516		516
Saldo em 31 de março de 2011	704.007	49.909	80.112	5.602	839.630
Amortização					
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(280.309)	(44.918)	(41.168)		(366.395)
Efeito de variação cambial			(224)		(224)
Amortização		(1.248)	(2.718)	(37)	(4.003)
Alienações			513		513
Transferência do realizável a longo prazo				(2.082)	(2.082)
Transferência do imobilizado			(2.237)		(2.237)
Outras movimentações			(513)		(513)
Saldo em 31 de março de 2011	(280.309)	(46.166)	(46.347)	(2.119)	(374.941)
Intangível Líquido					
Em 31 de dezembro de 2010	423.698	4.991	32.765	1.002	462.456
Em 31 de março de 2011	423.698	3.743	33.765	3.483	464.689

O intangível de concessão com vida útil definida refere-se ao valor originalmente pago pelos acionistas, cujo fundamento econômico foi a expectativa do resultado futuro em função do direito de concessão, contabilizado pela controlada em conjunto da Companhia. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 10% a.a

	Controladora		
	Ágio	Software	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	14.135	21.480	35.615
Transferência do imobilizado		20	20
Saldo em 31 de março de 2011	14.135	21.500	35.635
Amortização			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(1.044)	(11.940)	(12.984)
Amortização		(908)	(908)
Saldo em 31 de março de 2011	(1.044)	(12.848)	(13.892)
Intangível Líquido			
Em 31 de dezembro de 2010	13.091	9.540	22.631
Em 31 de março de 2011	13.091	8.652	21.743

O prazo de vida útil do *software* é de 05 anos. A Taxa anual de depreciação é de 20%.

Ágio: O fundamento econômico do ágio é a expectativa de rentabilidade futura e de acordo com os novos pronunciamentos esses valores não são amortizados contabilmente desde 1º de janeiro de 2009, quando passaram a estar sujeitos apenas aos testes de *impairment*, não sendo identificada necessidade de registro de *impairment* sobre estes ativos.

Notas Explicativas

<u>Ágios em Investimentos</u>	<u>Saldo em 31/03/2011</u>	<u>Investidora</u>
Aços planos	13.091	CSN
Embalagens	63.509	CSN
Sub total	76.600	
NAMISA		
Mineração	347.098	Namisa
Total consolidado	423.698	

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Taxas (%)	Consolidado				Controladora				
		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	
MOEDA ESTRANGEIRA										
Pré - pagamento	1,0% até 3,50%	447.710	473.255	1.711.189	1.840.269	1,0% até 3,50%	449.799	473.485	2.036.929	2.006.889
Pré - pagamento	3,51% até 7,50%	135.562	138.210	471.270	522.116	3,51% até 7,50%	326.139	372.519	1.376.339	1.454.688
Pré - pagamento						7,51% até 10,00%	7.102	15.596	358.314	366.564
Bônus perpétuos	7,00%	2.217	2.268	1.628.700	1.666.200					
Fixed rate notes	4,14% até 9,75%	47.864	75.183	3.746.010	3.832.260	1,50% até 5,65%	29.683	6.613	1.873.445	1.949.345
Fixed rate notes	10,50%	13.573	32.074	651.480	666.480	9,13%	29.476	7.349	977.220	999.720
Importações financiadas	3,52% até 6,00%	155.722	57.293	69.207	59.322	3,52% até 6,00%	134.851	31.626	36.758	23.437
Importações financiadas	6,01% até 8,00%	11.228	16.849	8.859	24.396	6,01% até 8,00%	11.228	16.849	8.859	24.396
BNDES/Finame	T. Juros Res. 635/87 + 1,70% e 2,70%	19.371	20.085	49.467	55.256	T. Jur. Res. 635/87 + 1,70% e 2,70%	17.212	17.875	45.009	50.148
Outros	3,30% e 4,19% e 5,37% e CDI + 1,20%	88.688	86.613	99.226	103.587	Libor 6M + 2,25% e 4,00%	466.292	34.603	103.538	68.504
		921.935	901.830	8.435.408	8.769.886		1.471.782	976.515	6.816.411	6.943.691
MOEDA NACIONAL										
BNDES/Finame	TJLP + 1,50% até 3,20%	318.117	308.968	1.850.246	1.907.596	TJLP + 1,50% até 3,20%	196.009	196.176	872.093	910.961
Debêntures	103,60 % CDI e 9,40% + IGPM e 1,00% + TJLP	625.424	41.750	1.175.134	1.760.846	103,60 % CDI	610.723	26.755		600.000
Pré - pagamento	104,80% e 109,50 % CDI	90.539	64.216	3.400.000	3.400.000	104,80% e 109,50 % CDI	5.226	38.266	1.400.000	1.400.000
CCB	112,50% CDI	58.408	1.354	5.000.000	3.000.000	112,50% CDI	58.406	1.354	5.000.000	3.000.000
Intercompany						100,50% até 105,50% CDI	1.267.639	1.155.991		
Outros	100% IGPM e 106% CDI e CDI + 0,29% e 5% e 14%	26.182	26.443	24.635	23.303	100% IGPM	1.783	1.744	7.127	6.964
		1.118.670	442.731	11.450.015	10.091.745		2.139.786	1.420.286	7.279.220	5.917.925
Total de empréstimos e financiamentos		2.040.605	1.344.561	19.885.423	18.861.631		3.611.568	2.396.801	14.095.631	12.861.616
Custos de transação		(40.813)	(35.929)	(105.502)	(80.816)		(35.469)	(30.454)	(70.682)	(44.614)
Total de empréstimos e financiamentos + custos de transação		1.999.792	1.308.632	19.779.921	18.780.815		3.576.099	2.366.347	14.024.949	12.817.002

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$2.119.523 em 31 de março de 2011 (R\$2.080.721 em 31 de dezembro de 2010), vide nota 3.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados como segue:

	Consolidado								
	Curto prazo	Longo prazo						TJ ⁽¹⁾	TIR ⁽²⁾
		Total	2012	2013	2014	2015	Após 2015		
Fixed rate notes	3.870	22.092	2.137	2.871	2.169	2.021	12.894	6,5% até 10%	6,75% até 10,7%
BNDES	540	5.501	2.662	403	334	300	1.802	1,3% até 1,7%	1,44% até 7,39%
BNDES	1.578	3.045	1.186	1.578	281			2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré pagamento	7.753	25.733	6.293	7.753	6.091	1.804	3.792	109,50% e 110,79% CDI	10,08% até 12,44%
Pré pagamento	509	2.764	382	509	509	509	855	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	25.811	46.336	15.320	6.200	5.046	5.046	14.724	112,5% CDI	11,33% até 13,55%
Outros	752	31	31					103,6% CDI	12,59%
	40.813	105.502	28.011	19.314	14.430	9.680	34.067		

	Controladora								
	Curto prazo	Longo prazo						TJ ⁽¹⁾	TIR ⁽²⁾
		Total	2012	2013	2014	2015	Após 2015		
Fixed rate notes	701	1.227	526	701				9,75%	10,01%
BNDES	403	3.141	302	403	334	300	1.802	1,30% até 1,70%	1,44% até 7,39%
BNDES	1.453	2.785	1.090	1.453	242			2,2% até 3,2%	7,59% até 9,75%
Pré pagamento	5.840	14.398	4.380	5.840	4.178			109,50% CDI	10,08%
Pré pagamento	509	2.764	382	509	509	509	855	2,37% e 3,24%	2,68% até 4,04%
CCB	25.811	46.336	15.320	6.200	5.046	5.046	14.724	112,5% CDI	11,33% até 13,55%
Outros	752	31	31					103,6% CDI	12,59%
	35.469	70.682	22.031	15.106	10.309	5.855	17.381		

(1) TJ – Taxa de juros anual contratada

(2) TIR – Taxa interna de retorno anual

Em 31 de março de 2011, o principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado		Controladora	
2012	1.340.181	6,7%	1.278.219	9,1%
2013	2.082.838	10,5%	2.546.531	18,1%
2014	1.934.468	9,7%	2.142.659	15,2%
2015	2.159.652	10,9%	2.506.690	17,8%
2016	2.213.227	11,1%	1.717.139	12,2%
Após 2016	8.526.357	42,9%	3.904.393	27,7%
Bônus Perpétuos	1.628.700	8,2%		
	19.885.423	100,0%	14.095.631	100,0%

Em setembro de 2009, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Islands XI Corp emitiu bônus no montante de US\$750 milhões. Esses bônus com vencimento em setembro de 2019 possuem taxa de juros de 6,875% a.a., seus juros serão pagos semestralmente a partir de março de 2010 e a emissora poderá resgatá-los antecipadamente, mediante pagamento de prêmio aos credores dos bônus.

Em julho de 2010, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Resources emitiu bônus no montante de US\$1 bilhão. Esses bônus com vencimento em julho de 2020 e possuem taxa de juros de 6,5% a.a., seus juros serão pagos semestralmente a partir de janeiro de 2011 e a emissora poderá resgatá-los antecipadamente, mediante pagamento de prêmio aos credores dos bônus.

Em setembro de 2010, a Companhia por meio de sua subsidiária CSN Islands XII Corp. emitiu bônus perpétuos no montante de US\$1 bilhão. Esses bônus sem vencimento determinado possuem taxa de juros de 7% a.a., seus juros serão pagos trimestralmente a partir de dezembro de 2010, e a emissora tem a opção de resgatá-los ao “par” (valor de face) em qualquer data de pagamento de juros, a partir de 23 de setembro de 2015 (inclusive).

Notas Explicativas

Em 14 de outubro de 2010, a Companhia resgatou integralmente os Bônus Perpétuos (“*Guaranteed Perpetual Bonds*”) emitidos em 2005, por meio de sua subsidiária integral CSN Islands X Corp., com garantia da CSN, a uma taxa de juros de 9,50% ao ano e no valor de principal de US\$ 750 milhões, acrescido de juros acumulados e não pagos até a data do resgate e de quaisquer valores adicionais pagáveis em relação aos *Guaranteed Perpetual Bonds*.

Em fevereiro de 2011, a Companhia informou que contratou com a Caixa Econômica Federal uma operação de Crédito Especial Empresa - Grandes Corporações, através da emissão de cédula de crédito bancário no valor de R\$2,0 bilhões, cujo prazo final de amortização é de 94 meses.

As garantias concedidas em razão dos empréstimos constituem-se de bens do imobilizado, avais, fianças e operações de securitização (exportações), conforme demonstrado no quadro a seguir e não contemplam garantias concedidas para empresas controladas e controladas em conjunto.

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imobilizado	47.985	47.985
Garantia fidejussória	73.586	74.488
Importações	20.336	21.820
Securitizações (Exportações)	408.324	288.338
	<u>550.231</u>	<u>432.631</u>

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o período corrente:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo Inicial	20.206.192	14.356.884	15.258.417	13.662.818
Captações	2.129.169	8.789.548	2.351.379	2.663.709
Amortizações	(694.456)	(3.897.405)	(575.700)	(2.393.173)
Outros (*)	285.123	957.165	673.103	1.325.063
Saldo final	<u>21.926.028</u>	<u>20.206.192</u>	<u>17.707.199</u>	<u>15.258.417</u>

(*)Inclusos variações cambiais e monetárias.

a) Os empréstimos e financiamentos com determinadas instituições financeiras possuem certas cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) usuais em contratos financeiros em geral e que se encontram adequadamente atendidas pela Companhia em 31 de março de 2011.

• DEBÊNTURES

i. Companhia Siderúrgica Nacional

Quarta emissão

Conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2005 e ratificado em 24 de abril de 2006 a Companhia emitiu, em 01 de fevereiro de 2006, 60.000 debêntures não conversíveis e quirografárias, em série única, ao valor nominal unitário de R\$10. As referidas debêntures foram emitidas ao valor total de R\$600.000, sendo que os créditos gerados nas negociações com as instituições financeiras foram recebidos em 03 de maio de 2006.

Sobre o valor nominal dessas debêntures incide juros remuneratórios correspondentes a 103,6% do CDI Cetip, e o vencimento do valor nominal está previsto para 01 de fevereiro de 2012, com opção de resgate antecipado.

Notas Explicativas

ii. Transnordestina Logística

Em 10/03/2010, a Transnordestina Logística S.A obteve junto ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, aprovação para a emissão da 1ª Série da sua 1ª Emissão Privada de debêntures conversíveis em ações, composta ao todo dez séries no valor total de R\$ 2.672.400. A primeira, terceira, quarta, sétima e nona séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Salgueiro – Trindade e Salgueiro – Porto de Suape, o qual inclui também os investimentos no Porto de Suape e a reconstrução do trecho Cabo – Porto Real de Colégio. A segunda e quinta séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Eliseu Martins – Trindade. A sexta, oitava e décima séries se referem a recursos a serem aplicados no módulo Missão Velha – Pecém, o qual inclui também os investimentos no Porto de Pecém. A 2ª e 3ª Séries foram integralmente subscritas e integralizadas nas datas e montantes abaixo:

Emissão	Série	Assembléia	Quantidade	Vir. Nominal	Emissão	Vencimento	Encargos	Saldo 2010
		Geral	Em itida	Unitário				
1ª	1ª	08/02/10	336.647.184	R\$ 1,00	10/03/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	336.647
1ª	2ª	08/02/10	350.270.386	R\$ 1,00	25/11/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	350.270
1ª	3ª	08/02/10	338.035.512	R\$ 1,00	01/12/10	03/10/27	TJLP + 0,85% a.a	338.036

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

I - Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap cambial e swap de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pelo uso de cotações no mercado aberto de capitais do Brasil e exterior e Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

• Classificação de instrumentos financeiros

Consolidado - R\$ mil	31/03/2011					31/12/2010				
	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos	Disponível para venda	Valor Justo através do resultado	Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva	Outros Passivos - Método do Custo amortizado	Saldos
Ativo										
Circulante										
Caixa e Equivalente de Caixa			11.115.047		11.115.047			10.239.278		10.239.278
Contas a Receber Líquidas			1.396.690		1.396.690			1.259.461		1.259.461
Margem de garantia de Instrumentos Financeiros			295.687		295.687			254.485		254.485
Fundo de reserva de securitização			23.312		23.312			22.644		22.644
Não Circulante										
Outros títulos a receber			58.690		58.690			73.731		73.731
Investimentos	3.103.065				3.103.065	2.102.112				2.102.112
Fundo de reserva de securitização			31.115		31.115			32.031		32.031
Títulos e valores mobiliários			112.642		112.642			112.484		112.484
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos				1.415.181	1.415.181				1.302.811	1.302.811
Debêntures				625.424	625.424				41.750	41.750
Derivativos		112.181			112.181		116.407			116.407
Fornecedores				598.556	598.556				521.156	521.156
Não Circulante										
Empréstimos e Financiamentos				18.710.289	18.710.289				17.100.785	17.100.785
Debêntures				1.175.134	1.175.134				1.760.846	1.760.846
Derivativos		514			514		263			263

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

Notas Explicativas

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação:

Consolidado - R\$ mil	31/03/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	3.103.065			3.103.065	2.102.112			2.102.112
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Derivativos		112.182		112.182		116.407		116.407
Não Circulante								
Derivativos		514		514		263		263

II – Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os valores estão contabilizados nas informações trimestrais pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

	31/03/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil	Valor Mercado
Bônus Perpétuos	1.630.917	1.600.230	1.668.468	1.663.701
Fixed Rate Notes	4.458.927	4.940.055	4.605.997	4.966.629

III – Investimentos em títulos disponíveis para venda e Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil e no exterior de empresas de primeira linha classificadas pelas agências internacionais de *rating* com grau de risco “grau de investimento”, às quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irrecuperável.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

IV - Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Notas Explicativas

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

- **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 14.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamento de juros estimados.

Em 31 de março de 2011	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.040.605	3.423.019	6.307.347	10.155.057	21.926.028
Instrumentos financeiros derivativos	112.182	514			112.696
Fornecedores	598.556				598.556
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.344.561	4.254.057	6.357.168	8.250.406	20.206.192
Instrumentos financeiros derivativos	116.407	263			116.670
Fornecedores	521.156				521.156

- **Risco de taxa de câmbio**

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar, Euro e Iene ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em hedge natural, a Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, contratos futuros de cambio) para gerir seus riscos de variação do valor da moeda real versus dólar americano.

- **Políticas de utilização de derivativos de proteção**

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para o endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial;
- apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de diretoria executiva e do conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;
- realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos;

A exposição líquida consolidada em 31 de março de 2011 está demonstrada a seguir:

	31/03/2011
	Consolidado
	(valores em US\$ mil)
Caixa e equivalente no exterior	4.020.309
Margem de garantia derivativo	181.548
Contas a receber clientes - mercado externo	190.249
Fundo de reserva securitização	33.417
Outros ativos	87.565
Total ativo	4.513.088
Empréstimos e financiamentos	(5.676.935)
Fornecedores	(6.682)
Outros Passivos	(55.050)
Total passivo	(5.738.667)
Exposição bruta	(1.225.579)
Nocional de derivativos contratados	1.356.856
Exposição líquida	131.277

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

- **Contrato Futuro de Taxa de Câmbio de Reais por Dólar Comercial**

Tem por objetivo proteger as obrigações denominadas em moeda estrangeira contra variação do Real. A Companhia pode comprar ou vender contratos futuros de dólar comercial na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) para mitigar a exposição cambial frente aos seus passivos denominados em dólar norte americano. As especificações do contrato futuro de taxa de câmbio de Reais por Dólar, incluindo explicações detalhadas sobre as características dos contratos e cálculo dos ajustes diários, são publicadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F e divulgadas em seu *website* (www.bmf.com.br). Em 2011 a Companhia não contratou operações de dólar futuro. No primeiro trimestre de 2010, a Companhia pagou R\$44.324 e recebeu R\$115.745 em ajustes, obtendo assim um ganho de R\$71.421. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações no câmbio.

Notas Explicativas

• Transações de swap cambial

A companhia realiza operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (*Forward Rate Agreement*) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

Em 31 de março de 2011 a companhia mantinha posição comprada em swap cambial de US\$ 1.282.000 mil (US\$ 1.049.500 mil em 31 de março de 2010), onde recebemos, na ponta ativa, variação cambial mais 2,47% ao ano em média (em 2010 variação cambial mais 2,29% ao ano), e pagamos 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Em 31 de março de 2011, a posição consolidada desses contratos é a seguinte:

i) Operações em aberto

Contrapartes	31/03/2011					
	Valor de Referência US\$ mil		Valorização (R\$ mil)		Valor Justo (mercado) (R\$ mil)	Valor a pagar (R\$ mil)
	2011	Vencimento da operação	Posição Ativa	Posição Passiva	2011	Valor a Pagar
Santander	10.000	02/jan/15	16.088	(17.770)	(1.682)	(1.682)
Goldman Sachs	155.000	02/jan/15	251.163	(260.475)	(9.312)	(9.312)
Deutsche Bank	657.000	01/04/2011 a 02/05/2011	1.071.994	(1.101.618)	(29.624)	(29.624)
HSBC	460.000	01/04/2011 a 14/09/2011	750.085	(770.851)	(20.766)	(20.766)
	1.282.000		2.089.330	(2.150.714)	(61.384)	(61.384)

A posição das operações em aberto está contabilizada no passivo da companhia no montante de R\$61.384 em 2011 (R\$42.966 em 2010) e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$90.709 em 31 de março de 2011 (perda de R\$68.681 em 31 de março de 2010).

As controladas Tecon e Lusosider possuem operações com derivativos para proteger as exposições contra o Iene e Dólar. O nocional destas operações são JPY 2.390.398 e US\$34.044 respectivamente e a posição passiva em aberto de R\$12.711 em 2011 (R\$9.097 em 2010). Os resultados destas operações em 31 de março de 2011 estão consolidados no resultado financeiro da companhia no montante de R\$4.582 (ganho de R\$801 em 31 de março de 2010).

A controlada em conjunto MRS Logística tem operações com derivativos (*swap*) com nocional de US\$74.856 e a posição passiva em aberto era de R\$24.776 em 2011 (R\$33.700 em 2010). O resultado desta operação gerou perdas proporcionais à participação da Companhia no montante de R\$6.082 em 31 de março de 2011 (ganho de R\$1.203 em 31 de março de 2010) reconhecidos no resultado financeiro consolidado.

ii) Operações liquidadas

Contrapartes	Valor de Referência (Nocional) US\$ mil		Valorização - 2011 (R\$ mil)		Valorização - 2010 (R\$ mil)		Operações liquidadas (R\$ mil)		
	2011	2010	Posição Ativa	Posição Passiva	Posição Ativa	Posição Passiva	Pago em 2011	Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
Deutsche Bank	860.000	265.000	1.435.956	(1.473.125)	443.143	(468.544)	(37.169)	(25.401)	(11.768)
Goldman Sachs	100.000	100.000	167.275	(173.101)	167.243	(173.031)	(5.826)	(5.788)	(38)
HSBC	963.000	223.000	1.607.616	(1.633.075)	372.794	(385.900)	(25.459)	(13.106)	(12.353)
Itau BBA	693.000	450.000	1.157.812	(1.189.345)	751.835	(778.892)	(31.533)	(27.057)	(4.476)
Santander	225.000	100.000	376.523	(383.218)	167.077	(173.082)	(6.695)	(6.005)	(690)
	2.841.000	1.138.000	4.745.182	(4.851.864)	1.902.092	(1.979.449)	(106.682)	(77.357)	(29.325)

Notas Explicativas

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Em 31 de março de 2011, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

i) Operações em aberto

Contrapartes	Valor de Referência EUR Mil		Valorização - 2011 (R\$ mil)		Valor Justo (mercado) (R\$ mil)	31/03/2011 Valor a Pagar (R\$ mil)
	2011	Vencimento da operação	Posição Ativa	Posição Passiva	2011	Valor a Pagar
<i>Deutsche Bank</i>	75.000	20/abr/11	163.373	(173.104)	(9.732)	(9.732)
<i>Goldman Sachs</i>	15.000	20/abr/11	32.726	(34.621)	(1.895)	(1.895)
	90.000		196.099	(207.725)	(11.627)	(11.627)

A posição das operações em aberto está contabilizada no passivo da Companhia no montante de R\$11.627 em 2011 e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da Companhia como perda no montante de R\$11.548 em 31 de março de 2011.

ii) Operações liquidadas

Contrapartes	Valor de Referência (Nocional) EUR mil		Vencimento da operação	Valorização - 2011 (R\$ mil)		Valorização - 2010 (R\$ mil)		Operações liquidadas (R\$ mil)		
	2011	2010		Posição Ativa	Posição Passiva	Posição Ativa	Posição Passiva	Recebido em 2011	Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
<i>Deutsche Bank</i>	25.000	25.000	20/jan/11	56.648	(55.684)	56.648	(55.707)	963	941	22
<i>Goldman Sachs</i>	50.000	50.000	20/jan/11	113.295	(111.370)	113.295	(111.415)	1.926	1.880	46
<i>HSBC</i>	15.000	15.000	20/jan/11	34.029	(33.412)	34.029	(33.424)	617	605	12
	90.000	90.000		203.972	(200.467)	203.972	(200.547)	3.505	3.426	79

• Análise de sensibilidade

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de março de 2011 de R\$1,6287 por US\$1,00 foram estimados ajustes para cinco cenários sendo:

- Cenário Provável: foi considerada para as operações de swap cambial a premissa de se manter os valores justos (a mercado) em 31 de março de 2011 e para a posição cambial foi utilizada a taxa de 1,6405 cotação do dólar futuro BM&F com vencimento em 02 de maio de 2011 coletada em 31 de março de 2011;
- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 1,2215;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/US\$ de 0,8144;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/US\$ de 2,0359;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade de R\$/US\$ de 2,4431.

Notas Explicativas

31/03/2011

	Risco	Valor de referência	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		US\$					
		1,6287	1,6405	1,2215	0,8144	2,0359	2,4431
Swap Cambial	Flutuação do dólar	1.282.000	(61.384)	(521.998)	(1.043.997)	521.998	1.043.997
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	(1.225.579)	(14.462)	499.025	998.050	(499.025)	(998.050)
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do dólar	131.277	1.549	(53.453)	(106.905)	53.453	106.905

Para as operações cambiais consolidadas com risco de flutuação do euro, a partir da taxa de câmbio de 31 de março de 2011 de R\$2,3129 por euro 1,00, foram estimados ajustes para cinco cenários sendo:

- Cenário Provável: foi considerada para as operações de swap cambial a premissa de se manter os valores justos (a mercado) em 31 de março de 2011 e para a posição cambial foi utilizada a taxa de 2,3281 cotação do euro futuro BM&F com vencimento em 02 de maio de 2011 coletada em 31 de março de 2011;
- Cenário 1: (25% de valorização do real) paridade R\$/Euro de 1,7347;
- Cenário 2: (50% de valorização do real) paridade R\$/Euro de 1,1565;
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real) paridade R\$/Euro de 2,8911;
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real) paridade R\$/Euro de 3,4694.

31/03/2011

	Risco	Valor de referência	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
		EUR					
		2,3129	2,3281	1,7347	1,1565	2,8911	3,4694
Swap Cambial	Flutuação do EURO	90.000	(11.627)	(52.040)	(104.081)	52.040	104.081
Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do EURO	22.864	348	(13.221)	(26.441)	13.221	26.441
Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima)	Flutuação do EURO	112.864	1.716	(65.261)	(130.522)	65.261	130.522

• Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

• Transações de swap Libor x CDI

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas a libor de dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas a libor, nos quais recebe juros de 1,25% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 96% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 31 de março de 2011 é de US\$150.000 mil, protegendo uma operação de pré-pagamento de exportação de mesmo valor. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI. Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

a) Operações em aberto

Data da liquidação	Contrapartes	31/03/2011				
		Valor de referência (Nocional) US\$ mil	Valorização-2011 (R\$ mil)		Valor justo (mercado) (R\$ mil)	Valor a pagar (R\$ mil)
		2011	Posição ativa	Posição passiva	2011	Valor a pagar
12/mar/11	CSFB	150.000	254.725	(257.471)	(2.746)	(2.746)

A posição líquida dos contratos acima está contabilizada em conta específica de derivativos como perda no montante de R\$2.746 em 31 de março de 2011 e seus efeitos reconhecidos no resultado financeiro da companhia como perda no montante de R\$5.254.

b) Operações liquidadas

Vencimento	Contrapartes	Valor de Referência (Nocional) US\$ mil		Valorização-2011 (R\$ mil)		Valorização-2010 (R\$ mil)		Operações liquidadas (R\$ mil)		
		2011	2010	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Pago em 2011	Valor justo em 2010	Efeito no resultado em 2011
14/02/2011	CSFB	150.000	150.000	255.240	(260.757)	254.575	(257.584)	(5.517)	(3.009)	(2.508)
				255.240	(260.757)	254.575	(257.584)	(5.517)	(3.009)	(2.508)

• Análise de sensibilidade dos swaps de taxa de juros

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de março de 2011. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das taxas libor (US\$) e CDI.

	Nocional US\$	Risco	Provável	31/03/2011			
				25%	50%	25%	50%
Swap de taxa de juros libor v s CDI	150.000	(Libor) US\$	(2.746)	(29.184)	(34.738)	29.184	34.738

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de março de 2011.

	Taxa de Partida (% a.a)	Impacto no Resultado	
		31/03/2011	31/03/2010
Variações nas taxas de juros			
TJLP	6,00	9.240	5.651
Libor	0,46	6.697	7.834
CDI	11,66	50.928	22.544

• Riscos de preço de mercado de ações

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

A tabela abaixo resume o impacto das variações dos preços das ações no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Outros Resultados Abrangentes	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010
Varição líquida no valor de mercado de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda	131.516	110.913

Os investimentos em ações adquiridas de empresas de primeira linha são negociadas na BOVESPA e ASX (Australian Securities Exchange).

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de março de 2011. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda já apresentado acima. A companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade das ações.

- Cenário 1: (25% de valorização das ações);
- Cenário 2: (50% de valorização das ações);
- Cenário 3: (25% de desvalorização das ações);
- Cenário 4: (50% de desvalorização das ações);

Empresas	Impacto sobre o Patrimônio Líquido			
	25%	50%	25%	50%
Usiminas	292.093	584.186	(292.093)	(584.186)
Riversdale Mining Limited	173.259	346.518	(173.259)	(346.518)
Planatlântica	2.551	5.101	(2.551)	(5.101)
	467.903	935.805	(467.903)	(935.805)

• Riscos de Crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

• Gestão de Capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

V – Depósitos em garantia

A Companhia possui depósitos em garantia no montante de R\$295.687 (R\$254.485 em 2010); esse valor está aplicado no Deutsche para garantir os contratos de instrumentos financeiros derivativos, especificamente swap entre a CSN Islands VIII e CSN. Adicionalmente possui um fundo de reserva de securitização no montante de R\$54.427 (R\$54.675 em 2010) previstos nos contratos do programa de securitização (Vide nota 14).

Notas Explicativas

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

	Circulante				Não Circulante			
	Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Passivos com partes relacionadas	152.685	148.364	383.207	372.185	3.048.102	3.028.924	7.710.297	8.141.037
Perdas não realizadas com derivativos (Nota 15)	112.181	116.407	1.421	3.010	251	263		
Dividendos e JCP a pagar (Nota 22)	748.544	631.344	747.053	630.051				
Adiantamento Clientes	32.896	35.361	24.658	29.003				
Tributos parcelados	646.387	656.678	642.649	652.894	855.091	859.898	823.854	829.537
Outras obrigações	307.285	266.798	211.967	223.848	156.121	178.350	115.631	136.996
	1.999.978	1.854.952	2.010.955	1.910.991	4.059.565	4.067.435	8.649.782	9.107.570

17. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias, no montante de R\$7.316.411 (R\$7.484.271 em 31 de dezembro de 2010), junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

Moeda	Vencimentos	Em milhões								
		Empréstimos		Execução fiscal		Outros		Total		
		31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010	
Transnordestina	R\$	01/06/2010 a 08/05/2028	1.122.197	1.145.397			5.186	5.186	1.127.383	1.150.583
CSN Cimentos	R\$	Indeterminado			32.855	32.745	26.987	26.987	59.842	59.732
Prada	R\$	Indeterminado			9.958	9.958	740	740	10.699	10.699
Sepetiba Tecon	R\$	Indeterminado	1.465	1.465	15.000	15.000	61.519	61.519	77.983	77.983
Itá Energética	R\$	15/09/2013	9.587	9.587					9.587	9.587
CSN Energia	R\$	Indeterminado			2.392	1.029	2.336	2.336	4.728	3.365
Total em R\$			1.133.249	1.156.449	60.206	58.732	96.767	96.767	1.290.221	1.311.948
CSN Islands VIII	US\$	16/12/2013	550.000	550.000					550.000	550.000
CSN Islands IX	US\$	15/01/2015	400.000	400.000					400.000	400.000
CSN Islands XI	US\$	21/09/2019	750.000	750.000					750.000	750.000
CSN Islands XII	US\$	Perpétuo	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
Aços Longos	US\$	31/12/2011		4.431						4.431
CSN Resources	US\$	21/07/2020	1.000.000	1.000.000					1.000.000	1.000.000
Total em US\$			3.700.000	3.704.431					3.700.000	3.704.431
Total em R\$			6.026.190	6.172.323					6.026.190	6.172.323
			7.159.439	7.328.772	60.206	58.732	96.767	96.767	7.316.411	7.484.271

18. TRIBUTOS PARCELADOS

a) Programa de recuperação fiscal (Refis)

• Refis Federal

Em 26 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas aderiram aos Programas de Recuperação Fiscal instituídos pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, visando regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A adesão aos programas fiscais especiais reduziu o montante a pagar de multas, juros e encargos legais anteriormente devidos.

A decisão da Administração levou em consideração matérias julgadas pelos tribunais superiores, bem como a avaliação de seus consultores externos quanto à possibilidade de êxito nos casos em andamento.

Em novembro de 2009 e fevereiro de 2010, as empresas registraram contabilmente os ajustes necessários nas provisões, bem como as reduções nos débitos previstas nos programas especiais de acordo com as datas de desistências de recursos administrativos ou de ação judicial. No 1º trimestre de 2010, registrou-se um efeito negativo antes de IRPJ e CSLL no

Notas Explicativas

montante de R\$48.890 na controladora e R\$ 42.365 no consolidado, que foram contabilizados em outras receitas e despesas operacionais e no resultado financeiro (vide notas 24 e 25).

O novo valor de débitos após aplicação das reduções relativas ao programa fiscal da Lei nº 11.941/09 foi compensado com depósitos judiciais relacionados a essas ações e ainda está sujeito à validação pelas autoridades competentes. O saldo remanescente será pago em 180 parcelas mensais a partir da consolidação dos débitos pelas autoridades.

Já os débitos inscritos nos termos da Medida Provisória nº 470/09 foram parcelados em 12 parcelas a partir de novembro de 2009. Em julho de 2010, a companhia optou por compensar com valores de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL as quatro últimas parcelas deste programa de recuperação fiscal, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável.

As autoridades competentes estão examinando os dados apresentados pela Companhia no intuito de consolidarem os débitos incluídos nos parcelamentos previstos na Medida Provisória nº 470/09.

Em relação aos débitos incluídos no programa de parcelamento da Lei nº 11.941/09, a Companhia está aguardando a consolidação por parte das autoridades competentes, conforme instruções da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 2/2011.

Em 31 de março de 2011, a posição dos débitos decorrentes do Refis, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, era de R\$1.396.124 (R\$1.410.062 em 31 de dezembro de 2010) na controladora e R\$1.431.099 (R\$1.444.207 em 31 de dezembro de 2010) no consolidado.

19. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

	31/03/2011		31/12/2010	
	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado	Depósitos Judiciais	Passivo Provisionado
Previdenciárias e Trabalhistas	86.669	191.523	78.302	183.141
Cíveis	38.745	53.423	38.646	54.613
Fiscais	857.310	67.427	847.301	67.427
Depósitos Caucionados	44.695		43.856	
	1.027.419	312.373	1.008.105	305.181
Obrigações legais questionadas judicialmente:				
Fiscais				
Crédito prêmio IPI	1.227.892	1.227.892	1.227.892	1.227.892
Crédito CSLL sobre exportação		443.208		401.916
Salário- educação.....	36.189	33.121	36.189	33.121
CIDE	54.211	27.545	54.211	27.545
IR / plano verão	342.389	20.892	341.551	20.892
Outras provisões.....	36.078	115.101	36.078	113.552
	1.696.759	1.867.759	1.695.921	1.824.918
	2.724.178	2.180.132	2.704.026	2.130.099
Total controladora circulante		207.974		200.288
Total controladora não circulante	2.724.178	1.972.158	2.704.026	1.929.811
Total consolidado circulante		265.617		222.461
Total consolidado não circulante	2.797.959	2.008.407	2.774.706	2.016.842

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para contingências no período findo em 31 de março de 2011 pode ser assim demonstrada:

						Consolidado	
						Circulante	
Natureza	31/12/2010	Adições	Atualização	Utilização	31/03/2011	31/03/2011	31/12/2010
Cível	80.831	679	18	(4.999)	76.529	73.760	57.622
Trabalhista	188.188	18.336	5.915	(14.957)	197.482	191.857	164.839
Fiscais	1.911.260	40.000	2.842	(13.119)	1.940.983		
Previdenciário	59.024		6		59.030		
	2.239.303	59.015	8.781	(33.075)	2.274.024	265.617	222.461
						Controladora	
						Circulante	
Natureza	31/12/2010	Adições	Atualização	Utilização	31/03/2011	31/03/2011	31/12/2010
Cível	54.613	679	18	(1.887)	53.423	53.423	54.113
Trabalhista	146.175	17.865	4.726	(14.215)	154.551	154.551	146.175
Fiscais	1.892.345	40.000	2.841		1.935.186		
Previdenciário	36.966		6		36.972		
	2.130.099	58.544	7.591	(16.102)	2.180.132	207.974	200.288

As provisões para passivos cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e previdenciários foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A Companhia e suas controladas defendem-se em outros processos administrativos e judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais), no montante aproximado de R\$4.737.815, sendo R\$3.414.513 de processos fiscais, R\$323.028 de cíveis e R\$1.000.275 de processos trabalhistas e previdenciários. As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Ações trabalhistas

A companhia figura como ré, em 31 de março de 2011 em 9.229 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$154.551 (R\$146.175 em 31 de dezembro de 2010). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposta doença ocupacional ou acidente do trabalho e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2001 a 2003.

b) Ações cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figura como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais da Companhia. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$53.423 em 31 de março de 2011 (R\$54.113 em 31 de dezembro de 2010).

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a companhia figura como ré, encontram-se, principalmente, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais

Notas Explicativas

irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Os processos envolvendo a matéria ambiental montam saldo de R\$500 em 31 de dezembro de 2010.

c) Ações fiscais

▪ Imposto de renda e Contribuição social

(i) Plano Verão - A Controladora pleiteia o reconhecimento dos efeitos financeiro-fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido relativos ao expurgo inflacionário do IPC ocorrido em janeiro e fevereiro de 1989, de 51,87% ("Plano Verão").

Em 2004 o processo chegou ao fim tendo transitado em julgado a decisão que deferiu o direito de aplicação do índice de 42,72% (jan/89), devendo ser descontado deste índice os 12,15% já aplicados. Foi deferida também a aplicação do índice de 10,14% (fev/89). Atualmente o processo encontra-se em fase pericial.

Em 31 de março de 2011 existe o montante de R\$342.389 (R\$341.551 em 31 de dezembro de 2010) depositado judicialmente, estando classificado em conta específica de depósitos judiciais no realizável a longo prazo e provisão de R\$20.892 (R\$20.892 em 31 de dezembro de 2010), que representa a parcela não reconhecida pelos tribunais.

(ii) CSLL Exportação – Em fevereiro de 2004, a Controladora ajuizou ação judicial para não se sujeitar ao recolhimento de CSLL sobre suas receitas/lucros de exportação, bem como obter autorização judicial para poder repetir/compensar todos os valores de CSLL indevidamente pagos sobre as receitas/lucros de exportação desde a publicação da Emenda Constitucional 33/2001, que deu nova redação ao artigo 149, parágrafo 2º da CF/88, ao determinar que "as contribuições sociais não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação".

Em março de 2004 foi concedida a medida liminar, confirmada posteriormente em sentença, que autorizou a exclusão (da base de cálculo da CSLL) apenas do lucro decorrente da exportação.

A referida sentença foi reformada pela 4ª Turma do TRF da 2ª Região, que denegou a segurança pleiteada pela Controladora. Contra tal sentença foi interposto Recurso Extraordinário, que teve o seu andamento sobrestado até que o STF julgue a matéria nos autos do RE nº 564.413 (*leading case*), em que foi reconhecida a existência de repercussão geral dessa mesma questão constitucional.

Em dezembro de 2008, a Controladora recebeu Carta de Cobrança dos valores referentes à exclusão das "receitas" na base de cálculo da CSLL. Por conseguinte, o Conselho de Administração da Controladora aprovou a adesão da Carta Cobrança ao programa de parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS).

Após julgamento pelo STF nos autos do RE nº564.413 (*leading case*) em votação contrária relativa a não incidência da CSLL sobre exportação aos contribuintes, ainda pendente de publicação, a Companhia decidiu incluir também este processo ao programa de parcelamento instituído pela lei nº11.941/09 (REFIS).

Até 31 de março de 2011, o montante da exigibilidade suspensa e os créditos compensados com base na referida ação era de R\$443.208 (R\$401.916 em 31 de dezembro de 2010), o qual está acrescido da taxa SELIC.

▪ Contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE

A Controladora questionava a validade jurídica da Lei nº 10.168/00, que instituiu a cobrança de CIDE sobre importâncias pagas, creditadas ou remetidas a beneficiários não residentes no país - a título de *royalties* ou remuneração sobre contratos de fornecimento, assistência técnica, cessão e licenças de uso de marcas e exploração de patentes.

A sentença de 1ª instância judicial foi desfavorável, o que foi ratificado pelo TRF da 2ª Região. Foram interpostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados, tendo sido interposto Recurso Extraordinário ao STF, o qual aguarda decisão quanto à sua admissibilidade.

Notas Explicativas

Por conta das decisões desfavoráveis e dos benefícios de redução de multa e juros, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão de referida discussão judicial ao programa de recuperação fiscal da Lei 11.941/2009.

Após aplicação dos benefícios deste programa, a controladora mantém depósitos judiciais no montante de R\$6.141, sendo R\$2.895 a excesso de depósitos após aplicação das reduções do REFIS que poderá ser compensado com outros débitos discutidos judicialmente pelo contribuinte ou convertido em renda. Em 31 de março de 2011 existe provisão no montante de R\$27.545 (R\$27.545 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

- Salário-educação

A Controladora discutiu a inconstitucionalidade do salário-educação e a possibilidade de recuperação das parcelas recolhidas no período de 05 de janeiro de 1989 a 16 de outubro de 1996, sendo que o processo foi julgado improcedente, tendo o TRF mantido decisão desfavorável a CSN, decisão essa que transitou em julgado.

Ante o trânsito em julgado da decisão, a CSN tentou efetuar o pagamento do valor devido, sendo que o FNDE e o INSS não chegaram a um entendimento sobre quem deveria receber, bem como exigiam que dito valor fosse pago acrescido de multa, com o que a empresa não concordou.

Foram interpostas ações judiciais questionando os fatos acima com o depósito judicial dos valores envolvidos nos referidos processos. No primeiro processo, a sentença de 1º grau julgou parcialmente favorável o pedido, onde o Juiz afastou o valor da multa, mantendo, porém a taxa SELIC, sendo apresentado então Contra-razões à apelação do réu, e recorreu em relação à taxa SELIC.

O valor provisionado e depositado judicialmente em 31 de março de 2011 totaliza R\$33.121 (R\$33.121 em 31 de dezembro de 2010).

- Seguro acidente do trabalho - SAT

A Controladora discute em juízo a ampliação da alíquota do SAT de 1% para 3% e também discute a majoração do SAT para fins de Contribuição para Aposentadoria Especial, que teve a sua alíquota estipulada em 6%, conforme legislação, para aqueles empregados expostos a agentes nocivos.

Quanto ao primeiro processo supracitado, a sentença da 1ª instância foi desfavorável e o processo encontra-se em julgamento no TRF da 2ª Região. Já quanto ao segundo processo o mesmo se encerrou de forma desfavorável à Companhia e os valores devidos neste processo no montante de R\$33.077 que estavam depositados judicialmente foram convertidos em renda em favor do INSS.

O montante provisionado em 31 de março de 2011 totaliza R\$36.972 (R\$36.966 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais e se refere, exclusivamente, ao processo de diferença de alíquota de 1% para 3% para todos os estabelecimentos da Companhia. Em razão da probabilidade de perda dessa discussão o Conselho de Administração aprovou a adesão de referidas discussões ao parcelamento da Lei 11.941/2009. Em razão da adesão ao REFIS e a desistência processo que discutia a ampliação da alíquota de 1% para 3%, a CSN incluiu o período que não havia sido autuado no Programa de Parcelamento Ordinário, o qual se encontra aguardando homologação.

- Crédito prêmio de IPI sobre exportação

A legislação tributária permitia às companhias brasileiras o reconhecimento do crédito prêmio de IPI até 1983, quando em ato executivo do governo brasileiro foram cancelados tais benefícios proibindo a utilização desses créditos.

A Controladora contestou a constitucionalidade desse ato e ajuizou ação pleiteando o direito de utilização do crédito prêmio de IPI sobre exportação de 1992 a 2002, uma vez que somente leis elaboradas pelo poder legislativo podem cancelar ou revogar benefícios pontualmente elaborados por legislação pretérita.

Notas Explicativas

Em agosto de 2003, a Companhia obteve decisão favorável de 1ª instância autorizando a utilização dos referidos créditos. O Tesouro Nacional apelou dessa decisão e obteve decisão favorável sendo que a Companhia então interpôs recurso especial e extraordinário contra essa decisão no Superior Tribunal de Justiça - STJ e STF, respectivamente.

Entre setembro de 2006 e maio de 2007, a Fazenda Nacional ingressou com 5 execuções fiscais e 3 processos administrativos contra a Companhia referentes à cobrança dos impostos que foram compensados com créditos prêmio de IPI. O total do pagamento é de aproximadamente R\$2,7 bilhões atualizado até 31 de março de 2011.

Em 29 de agosto de 2007 a CSN ofereceu bens à penhora consubstanciados por ações em tesouraria no montante de R\$536 milhões sendo que o equivalente a 25% desse montante foi substituído por depósitos judiciais em parcelas mensais efetuados até 31 de dezembro de 2007 e na medida em que ocorreram essas substituições, foi requerida a liberação da penhora do equivalente em ações pelo valor de cotação da ação no fechamento do dia anterior ao depósito, sendo que este requerimento estava para ser deferido.

Em 13 de agosto de 2009, o STF proferiu decisão, dotada de efeitos de repercussão geral, determinando que o Crédito Prêmio de IPI somente vigorou até outubro de 1990. Dessa forma os créditos apurados após 1990 não foram reconhecidos e em razão dessa decisão do STF o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adesão de referidas discussões aos programas de recuperação fiscal de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09 e pela Lei nº 11.941/09, em que há benefício da redução de multas, juros e encargos legais.

A Controladora mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009. O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/09 foi compensado com os depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$516 milhões após aplicação das reduções do REFIS que poderão ser compensados com outros débitos incluídos no parcelamento ou restituídos. Estes débitos ainda estão sujeitos a validação pelas autoridades competentes, o que acontecerá a partir do 2º Trimestre de 2011.

Já os débitos inscritos nos termos da MP nº 470/09 foram pagos em 12 parcelas a partir de Novembro/09, sendo que as últimas 4 parcelas foram substituídas pela utilização de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, nos termos da possibilidade prevista na legislação aplicável. As autoridades competentes ainda estão examinando os dados apresentados no intuito de consolidarem os débitos incluídos em referido parcelamento.

Até o momento 5 processos administrativos, no montante de R\$1,8 bilhão, estão sendo questionados pelas autoridades, sendo que os 02 primeiros foram objeto de inscrição em dívida ativa. A Companhia prontamente impugnou os questionamentos na esfera administrativa (por meio da apresentação dos recursos competentes) haja vista a existência de fortes argumentos no sentido de admissão da inclusão de tais débitos no parcelamento da MP nº 470/09 e obteve por meio de Medida Judicial efeito suspensivo nos recursos apresentados, efeito esse que suspenderá a exigibilidade do débito até que seja proferida decisão final na esfera administrativa. Os Processos Administrativos visando a reinclusão dos débitos na MP 470/09 ainda estão sob análise.

▪ Outros

A Controladora possui, ainda, provisões para processos relativos ao INSS, FGTS LC 110, COFINS Lei nº 10.833/03, PIS Lei nº 10.637/02 e PIS/COFINS - Zona Franca de Manaus, cujo montante em 31 de março de 2011 totaliza R\$85.917 (R\$84.367 em 31 de dezembro de 2010), o qual inclui acréscimos legais.

Com relação ao débito de COFINS Lei nº 10.833/03, o Conselho de Administração aprovou a adesão de referidas discussões ao programa de recuperação fiscal Lei 11.941/09. A Controladora mantinha provisionado o montante dos créditos já compensados, acrescido dos encargos moratórios até 30 de setembro de 2009.

O novo valor de débitos após a aplicação das reduções previstas no programa da Lei nº 11.941/09, foi compensado com depósitos judiciais relacionados a estas ações, resultando em um excesso de depósitos no montante R\$9.141 após aplicação das reduções do REFIS que poderá ser compensado com outros débitos incluídos no parcelamento ou em

Notas Explicativas

discussão judicial ou restituídos . Estes débitos ainda estão sujeitos a validação pelas autoridades competentes, que ocorrerá em 2011.

Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de Embargos de Declaração aos quais encontram-se pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$65.292 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN. Esta ação está classificada como risco de perda possível.

20. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

a) Passivos Ambientais

Em 31 de março de 2011, é mantida provisão no montante de R\$272.857 na controladora e R\$279.325 no consolidado (R\$271.608 e R\$278.106 em 31 de dezembro de 2010, respectivamente) para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando estudos de recuperação das áreas degradadas e em processo de exploração.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de março de 2011 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação (IGPM) do período, em referencia.

b) Desativação de Ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento da atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo. O passivo registrado em 31 de março de 2011 é de R\$ 13.815 na controladora e R\$ 17.907 no consolidado (R\$13.435 e R\$17.421 em 31 de dezembro de 2010).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i.Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de março de 2011 é de R\$1.680.947 (R\$1.680.947 em 31 de dezembro de 2010) dividido em 1.483.033.685 (1.483.033.685 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações representativas do capital social, operação pela qual cada ação do capital social passou a ser representada por 2 (duas) novas ações. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado o cancelamento de 27.325.535 ações que eram mantidas em tesouraria.

Notas Explicativas

ii. Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de março de 2011 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

iii. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, já sendo atingido o limite para sua constituição, conforme determina a legislação vigente.

iv. Ações em tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 25.063.577 ações de sua própria emissão adquiridas no mercado pelo montante de R\$570.176 (R\$570.176 em 31 de dezembro de 2010) para futura alienação ou cancelamento. O valor de mercado em 31 de março de 2011 correspondia a R\$668.696 (R\$668.446 em 31 de dezembro de 2010).

v. Composição acionária

Em 31 de março de 2011, a composição acionária era a seguinte:

	31/03/2011		
	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Sem ações em tesouraria
Vicunha Siderurgia S.A.	697.719.990	47,05%	47,86%
Rio Iaco Participações S.A. (*)	58.193.503	3,92%	3,99%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	12.788.231	0,86%	0,88%
BNDESPAR	31.773.516	2,14%	2,18%
Diversos (ADR - NYSE)	364.043.208	24,55%	24,97%
Outros acionistas (aproximadamente 10 mil)	293.451.660	19,79%	20,12%
	1.457.970.108	98,31%	100,00%
Ações em tesouraria	25.063.577	1,69%	
Total de ações	1.483.033.685	100,00%	

(*) A Rio Iaco Participação S. A. é uma empresa do grupo controlador.

vi. Movimentação das ações em circulação

Movimentação das ações ordinárias em circulação	Quantidade de ações	Saldo em tesouraria
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.457.970.108	52.389.112
Cancelamento de ações		(27.325.535)
Saldo em 31 de março de 2011	1.457.970.108	25.063.577

22. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Administração da Companhia propôs à Assembleia Geral Ordinária o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$356.800 referente ao lucro auferido no exercício de 2010, correspondendo a R\$0,244724 por ação do capital social em circulação nesta data.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio tem como base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP sobre o patrimônio líquido, limitado a 50% do lucro do período antes do imposto de renda ou 50% dos lucros acumulados e das reservas de lucros, podendo ser utilizado o maior entre os dois limites, conforme legislação vigente.

Notas Explicativas

Em atendimento à Deliberação CVM 207 de 31 de dezembro de 1996 e às normas fiscais, a Companhia optou por contabilizar os juros sobre o capital próprio propostos em contrapartida da conta de despesas financeiras e, reverter na mesma conta, não sendo apresentado na demonstração do resultado e não produzindo efeito no lucro líquido, exceto quanto aos reflexos fiscais reconhecidos nas linhas de imposto de renda e contribuição social. A Administração proporá que o montante de juros sobre o capital próprio seja imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

23. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Receita Bruta				
Mercado interno	3.176.769	3.359.480	2.894.089	3.078.784
Mercado externo	1.357.320	646.755	344.958	203.915
	4.534.089	4.006.235	3.239.047	3.282.699
Deduções				
Vendas canceladas e abatimentos	(27.234)	(56.248)	(24.838)	(42.407)
Impostos incidentes sobre vendas	(717.847)	(765.357)	(644.044)	(690.949)
	(745.081)	(821.605)	(668.882)	(733.356)
Receita Líquida	3.789.008	3.184.630	2.570.165	2.549.343

24. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Outras despesas operacionais	(141.028)	(158.397)	(143.583)	(163.974)
Impostos e taxas	(11.270)	(3.313)	(855)	(1.188)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (Nota 20)		(8.444)		(42.835)
Provisão para contingências e perdas líquidas das reversões	(37.628)	(80.654)	(50.589)	(70.481)
Multas contratuais e indedutíveis	(32.894)	(5.506)	(39.405)	(3.722)
Custo fixo de paralisação dos equipamentos	(9.301)	(5.732)	(8.797)	(5.059)
Baixa de ativos obsoletos	(15.137)	(6.571)	(9.040)	(7.125)
Despesas com estudos e engenharia de projetos	(6.379)	(5.403)	(6.379)	(5.403)
Contribuição CBS	(16.428)	(15.458)	(15.345)	(14.440)
Outras despesas	(11.991)	(27.316)	(13.173)	(13.721)
Outras receitas operacionais	15.585	24.305	4.809	4.852
Ajuste Valor Presente - Impostos e Contribuições	2.640		2.640	
Indenizações	680	1.033	495	215
Reversão provisão estoques	3.808			
Ajuste preço minério		8.209		
Ganho em investimentos		2.385		
Aluguéis e arrendamentos	2.563	2.747	825	895
Venda de Sucatas	1.913	1.612		
Outras receitas	3.981	8.319	849	3.742
Outras (despesas) e receitas operacionais	(125.443)	(134.092)	(138.774)	(159.122)

Notas Explicativas

25. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Despesas financeiras:				
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(180.575)	(146.769)	(23.368)	(27.353)
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(268.418)	(135.034)	(202.214)	(130.239)
Partes relacionadas	(95.713)	(92.366)	(435.511)	(318.080)
Juros Capitalizados	70.868	19.071	46.523	19.071
PIS/COFINS sobre demais receitas	(292)	(259)	(292)	(224)
Perdas com derivativos (*)	(5.254)	(2.678)	(5.254)	(3.880)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09, líquidos		(33.921)		(6.055)
Juros, multas e moras fiscais	(42.020)	(42.751)	(39.133)	(35.850)
Outras despesas financeiras	(42.775)	(96.263)	(32.738)	(91.786)
	(564.179)	(530.970)	(691.987)	(594.396)
Receitas financeiras:				
Partes relacionadas	19.181	11.637	35.327	196.297
Rendimentos sobre aplicações financeiras	99.417	94.232	11.233	15.885
Outros rendimentos	20.484	21.830	14.866	15.698
	139.082	127.699	61.426	227.880
Variações monetárias:				
- Ativas	739	1.411	722	679
- Passivas	(3.042)	(8.382)	(2.523)	(2.781)
	(2.303)	(6.971)	(1.801)	(2.102)
Variações cambiais:				
- Sobre ativos	(264.292)	34.845	(18.937)	18.247
- Sobre passivos	286.177	(241.413)	180.370	(208.453)
- Variações cambiais com derivativos (*)	(112.921)	138.903		
	(91.036)	(67.665)	161.433	(190.206)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(93.339)	(74.636)	159.632	(192.308)
Resultado financeiro líquido	(518.436)	(477.907)	(470.929)	(558.824)
(*) Demonstração dos resultados das operações derivativas				
Sw ap CDI x USD	(90.709)	66.681		
Sw ap EUR x USD	(11.548)			
Sw ap Libor x CDI	(5.254)	(3.880)	(5.254)	(3.880)
Dolar Futuro		71.421		
Outros	(10.664)	2.004		
	(118.175)	136.226	(5.254)	(3.880)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura da Companhia, seus negócios estão distribuídos em cinco segmentos operacionais. Conseqüentemente analisamos nossa informação por segmento da seguinte forma:

- **Siderurgia**

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos e Portugal. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem

Notas Explicativas

aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Para 2012, está previsto o início da produção de aços longos. Com uma produção inicial de 500 mil toneladas consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

- **Mineração**

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas – MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como sua controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN possui mineração na Estanho de Rondônia S.A. (ERSA), empresa com unidades de mineração e fundição de estanho.

A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

- **Logística**

- i. Ferroviária**

A CSN tem participação em duas companhias ferroviárias: a MRS Logística S. A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. e a Transnordestina Logística S. A., que opera a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

- a) MRS**

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e transporta suas exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

- b) Transnordestina Logística**

Juntos, a CSN e o Governo Federal investirão na implantação do Projeto Transnordestina para construção de cerca de 1.728 km de novas linhas. As obras, previstas para serem concluídas em 2013, incluem ainda a complementação e renovação de parte da infraestrutura (ou linhas) da concessão da Transnordestina Logística que será ampliada dos cerca de 2.600 km em operação atualmente, para aproximadamente 4.300 km operacionais.

A Transnordestina Logística S.A. possui uma concessão de 30 anos concedida em 1998 para operar o sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

Notas Explicativas

O projeto aumentará a capacidade de transporte da Transnordestina Logística em 20 vezes, igualando-a ao patamar das ferrovias mais modernas do mundo.

Com a nova configuração a Transnordestina se tornará a melhor opção logística para exportação de grãos através dos portos de Pecém e Suape, bem como de outros granéis sólidos como minério de ferro da Região Nordeste, tendo papel importante no desenvolvimento da região.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infra-estrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua auto-suficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoelétrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoelétrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação produção, comercialização e distribuição de cimento a qual utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Atualmente o clínquer utilizado na fabricação do cimento é adquirido de terceiros, porém começará a ser produzido pela própria CSN em 2011 com a conclusão da primeira etapa da fábrica em Arcos (MG), onde a CSN possui ainda uma mina de calcário, a qual é consolidada no segmento de Cimentos.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

Notas Explicativas

31/03/2011

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não revisado) (*)	1.219.991	5.124.276				328.852		
Receitas								
Mercado interno	1.965.369	194.585	36.725	232.090	28.897	62.569	(79.428)	2.440.807
Mercado externo	339.296	1.014.931					(6.026)	1.348.201
Custo produtos e serviços vendidos	(1.635.156)	(435.826)	(20.684)	(145.443)	(9.906)	(49.281)	63.468	(2.232.828)
Lucro Bruto	669.509	773.690	16.041	86.647	18.991	13.288	(21.986)	1.556.180
Despesas vendas e administrativas	(117.592)	(18.021)	(4.192)	(20.230)	(6.068)	(11.604)	(63.604)	(241.311)
Depreciação	140.853	36.153	1.406	25.794	5.626	3.820	961	214.613
EBITDA	692.770	791.822	13.255	92.211	18.549	5.504	(84.629)	1.529.482

31/03/2011

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	1.084	935.255						936.339
América do Norte	120.082							120.082
América Latina	28.091							28.091
Europa	185.338	79.676						265.014
Outras	4.701						(6.026)	(1.325)
Mercado externo	339.296	1.014.931					(6.026)	1.348.201
Mercado interno	1.965.369	194.585	36.725	232.090	28.897	62.569	(79.428)	2.440.807
TOTAL	2.304.665	1.209.516	36.725	232.090	28.897	62.569	(85.454)	3.789.008

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

31/03/2010

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Resultado								
Toneladas (mil) - (não revisado) (*)	1.261.586	4.178.734				226.778		
Receitas								
Mercado interno	2.277.086	93.147	28.225	202.272	27.019	36.436	(116.398)	2.547.787
Mercado externo	276.283	360.560						636.843
Custo produtos e serviços vendidos	(1.514.395)	(190.476)	(16.899)	(110.132)	(7.960)	(37.113)	95.909	(1.781.066)
Lucro Bruto	1.038.974	263.231	11.326	92.140	19.059	(677)	(20.489)	1.403.564
Despesas vendas e administrativas	(146.769)	(31.997)	(3.661)	(15.884)	(6.427)	(7.142)	(101.291)	(313.171)
Depreciação	131.329	35.506	3.041	23.714	5.624	2.253	(2.515)	198.952
EBITDA Ajustado	1.023.534	266.740	10.706	99.970	18.256	(5.566)	(124.295)	1.289.345

31/03/2010

	Aço	Minério	Logística		Energia	Cimento	Despesas Corporativas/ Eliminação	Consolidado
			Portuária	Ferroviária				
Vendas por área geográfica								
Ásia	18.949	303.712						322.661
América do Norte	105.915							105.915
América Latina	31.726							31.726
Europa	113.454	56.848						170.302
Outras	6.239							6.239
Mercado externo	276.283	360.560						636.843
Mercado interno	2.277.086	93.147	28.225	202.272	27.019	36.436	(116.398)	2.547.787
TOTAL	2.553.369	453.707	28.225	202.272	27.019	36.436	(116.398)	3.184.630

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

Notas Explicativas

O EBITDA Ajustado consiste no lucro líquido acrescido de resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais, as quais são excluídas por se tratarem principalmente de itens não recorrentes da operação.

A diretoria da Companhia utiliza o EBITDA Ajustado como ferramenta para medir a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, além de permitir comparações com outras empresas

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
EBITDA Ajustado	1.529.482	1.289.345
Depreciação	(214.613)	(198.952)
Outras operacionais (Nota 24)	(125.443)	(134.092)
Resultado financeiro (Nota 25)	(518.436)	(477.907)
Resultado antes dos impostos	670.990	478.394
IR e CSLL (Nota 8)	(55.295)	(31.124)
Resultado Líquido	<u>615.695</u>	<u>447.270</u>

27. LUCRO POR AÇÃO (LPA)

Lucro por ação básico:

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da CSN de R\$617.519 (R\$448.938 em 31 de março de 2010) dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (após desdobramento de ações), excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações ordinárias</u>	
Lucro Líquido período	615.695	447.270		
A atribuído a Sócios da Empresa Controladora	617.519	448.938	617.519	448.938
A atribuído a Sócios Não Controladores	(1.824)	(1.668)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.457.970	1.457.970	1.457.970	1.457.970
LPA Básico e Diluído	0,42355	0,30792	0,42355	0,30792

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes.

Até dezembro de 1995, a CBS Previdência administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto.

Em 31 de março de 2011 a CBS tinha 31.059 participantes (30.540 em 31 de dezembro de 2010), dos quais 15.987 eram contribuintes ativos (15.433 em 31 de dezembro de 2010), 9.854 eram funcionários aposentados (9.888 em 31 de dezembro

Notas Explicativas

de 2010) e 5.218 eram beneficiários vinculados (5.219 em 31 de dezembro de 2010). Do total de participantes em 31 de março de 2011, 14.032 pertencem ao plano de benefício definido e 17.027 ao plano misto.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (com lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de março de 2011 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$3,7 bilhões e R\$3,6 bilhões em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente. Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, conseqüentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil.

São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

a. Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício complementar.

Plano misto de benefício complementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido.

b. Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessários para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (Asset Liability Management), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano.

O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política, baseiam-se na Resolução 3792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

Notas Explicativas

c. Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas informações trimestrais de acordo com o CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee Benefits*.

	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações registradas no Balanço Patrimonial		
Benefícios de planos de pensão		
Benefícios de saúde pós-emprego	367.839	367.839
	<u>367.839</u>	<u>367.839</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.982.556
Valor justo dos ativos do plano	(2.316.018)
Déficit/(Superávit)	<u>(333.462)</u>
Restrição devido à limitação de recuperação	280.582
Passivo/(Ativo) líquido	<u>(52.880)</u>
Passivos	
Ativos (*)	(52.880)
Passivo(Ativo) líquido	<u><u>(52.880)</u></u>

(*) O Ativo decorrente da avaliação atuarial não foi registrado pela Companhia por não apresentar claramente evidência de sua realização, de acordo com o item 59 (c) do CPC 33 – Benefícios a empregados e IAS 19 – *Employee benefits*.

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2010 é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
Valor presente das obrigações no início do exercício	<u>1.731.767</u>
Custo do serviço	1.313
Custo de juros	185.285
Benefícios pagos	(166.147)
Perda/(ganho) atuarial	225.341
Outros	4.999
Valor presente das obrigações no final do exercício	<u><u>1.982.558</u></u>

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2010 é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>
Valor justo dos ativos no início do exercício	<u>(2.160.158)</u>
Retorno esperado dos ativos do plano	(218.229)
Contribuições dos patrocinadores	(63.109)
Benefícios pagos	166.147
Ganhos/(perdas) atuariais	(40.669)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	<u><u>(2.316.018)</u></u>

Notas Explicativas

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrada a seguir:

	31/12/2010
Custos de serviços correntes	1.313
Custo de juros	185.285
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(218.229)
Total da receita não reconhecida (*)	(31.631)
Total dos custos (receitas), líquidos (*)	(31.631)

(*) A receita decorrente da avaliação atuarial não foi registrada pela Companhia por não apresentar claramente evidência de sua realização, de acordo com o item 59 (c) do CPC 33 – Benefícios a empregados IAS 19 – *Employee benefits*.

O custo é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2010 está demonstrada a seguir:

	31/12/2010
(Ganhos) e perdas atuariais	184.671
Restrição devido a limitação de recuperação	(99.509)
Custo total de (Ganhos) e perdas atuariais	85.162

O histórico de ganhos e perdas atuariais em 2010 é como segue:

	31/12/2010
Valor presente das obrigações do benefício definido	1.982.556
Valor justo dos ativos do plano	(2.316.018)
Superávit	(333.462)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	225.341
Ajustes de experiência nos ativos do plano	40.669

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	31/12/2010
Método atuarial de Financiamento	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Real (R\$)
Contabilização dos ativos do plano	Valor de mercado
	Melhor estimativa para patrimônio na data de encerramento do exercício fiscal, obtida a partir da projeção dos valores contabilizados de outubro
Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício	
Taxa de desconto	10,66%
Taxa de inflação	4,40%
Taxa de aumento nominal do salário	5,44%
Taxa de aumento nominal do benefício	4,40%
Taxa de retorno dos investimentos	11,31% - 12,21%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability com probabilidades multiplicadas por 2
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss - 1%
Tábua de rotatividade	Plano milênio 2% ao ano, nula para os planos BD
	100% na primeira data na qual se torna elegível a um benefício de aposentadoria programada pelo plano
Idade de aposentadoria	
	95% estarão casados à época da aposentadoria, sendo a esposa 4 anos mais jovem que o marido
Composição familiar dos participantes em atividade	

Notas Explicativas

d. Plano de benefício de saúde – pós-emprego

Refere-se ao plano de saúde criado em 01 de dezembro de 1996 exclusivamente para contemplar ex-empregados aposentados, pensionistas, anistiados, ex-combatentes, viúvas de acidentados do trabalho e aposentados até 20 de março de 1997 e seus respectivos dependentes legais, desde então, o plano de saúde não permite a inclusão de novos beneficiários. O Plano é patrocinado pela CSN e administrado pela Caixa Beneficente dos Empregados da Cia Siderúrgica Nacional – CBS.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 foram determinados como segue:

	31/12/2010
Valor presente das obrigações	367.839
Passivo	367.839

Os juros sobre a obrigação atuarial foram de R\$ 35.457 em 2010.

A conciliação dos passivos dos benefícios de saúde é apresentado a seguir:

	31/12/2010
Passivo atuarial no início do exercício	317.145
Custo do serviço corrente	35.457
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício anterior	(33.064)
Reconhecimento do (Ganho)/Perda do ano	48.301
Passivo atuarial no final do exercício	367.839

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010
Perda atuarial na obrigação	48.301
Perda reconhecido no patrimônio líquido	48.301

O histórico de ganhos e perdas atuariais são os seguintes:

	31/12/2010
Valor presente da obrigação de benefício definido	367.839
Déficit/(Superávit)	367.839
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	48.301

As premissas atuariais usadas para o cálculo dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2010
Biométricas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 segregada por sexo
Rotatividade	N/A
Composição familiar	Composição Real
Financeiras	31/12/2010
Taxa nominal de desconto atuarial	10,77%
Inflação	4,40%
Aumento do Custo Médico em função da idade	1,50%
Taxa de crescimento nominal dos Custos dos Serviços Médicos	2,31%
Custo Médico médio	316,22

Notas Explicativas

29. COMPROMISSOS

a. Contratos “take-or-pay”

Em 31 de março de 2011 a Companhia possuía contratos de “take-or-pay”, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresa Contratada	Natureza do serviço	Condições do contrato	Pagamentos					Compromissos mínimos futuros			Total
			2010	2011	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2016	
MRS Logística	Transporte de minério de ferro.	Pagamento de pelo menos 80% das toneladas acordadas a serem transportadas pela MRS.	19.304	20.545	102.024	136.032	136.032	136.032	136.032	68.303	714.455
MRS Logística	Transporte de minério de ferro, carvão e coque.	Transporte de 8.280.000 toneladas a.a. e para carvão, coque e outros produtos de redução é de 3.600.000 toneladas a.a.	6.622		100.059	100.060					200.119
FCA	Transporte de produtos de mineração.	Transporte de no mínimo 1.900.000 toneladas a.a.		247	47.314	63.085	63.085				173.484
FCA	Transporte ferroviário pela FCA à CSN Cimentos de cliquer.	Transporte de no mínimo 675.000 toneladas a.a de clínquer em 2011 e de 738.000 toneladas a.a. de clínquer a partir de 2012.			18.479	26.937	26.937	26.937	26.937	116.727	242.954
ALL	Transporte ferroviário de produtos siderúrgicos.	Transporte ferroviário de pelo menos 20.000 toneladas de produtos siderúrgicos no mês, com origem no Terminal de Água Branca em São Paulo para CSN PR em Araucária - PR.		2.727	11.070	3.690					14.760
White Martins	Fornecimento de gás (oxigênio, nitrogênio e argônio).	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume anual de gás contratado com a White Martins.	30.254		70.591	94.121	94.121	94.121	94.121	94.121	541.196
CEG Rio	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo 70% do volume mensal de Gás Natural	105.966	93.107	203.909	271.878					475.787
Vale S.A	Fornecimento de pelotas de minério de ferro.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 90% do volume de pelotas de minério de ferro garantido em contrato.	20.475	76.054	127.657	170.210	170.210	113.473			581.550
Compagás	Fornecimento de gás natural.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de gás natural contratado com a Compagás.	3.902	3.001	9.308	12.410	12.410	12.410	12.410	111.692	170.640
COPEL	Fornecimento de energia.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 80% do volume anual de energia contratado com a COPEL.	3.061	2.769	5.616	7.487	7.487	7.487	7.487	44.925	80.489
K&K Tecnologia	Fornecimento de Lama de Alto Forno gerada no processo de produção de gusa.	A CSN se compromete a adquirir pelo menos 3.000 toneladas por mês de Lama de AF para processamento na Planta de concentração de Lama da CSN.		1.358	4.860	6.480	6.480	6.480	6.480	46.980	77.760
Harsco Metals	Beneficiamento de escória resultante do processo de produção de gusa e aço.	A Harsco Metals se compromete a executar o Beneficiamento de Metalicos e Britagem de Escoria resultante do processo de produção de gusa e aço da CSN, percebendo por este beneficiamento o equivalente em valor ao resultado da multiplicação do preço unitário (R\$/t) pela produção total de Aço Líquido da Aciaria da CSN, com a garantia de produção mínima de Aço Líquido correspondente a 400.000 toneladas.	9.101	10.381	21.312	28.416	28.416	14.208			92.352
			198.685	210.189	722.197	920.806	545.178	411.148	283.467	482.748	3.365.544

b. Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de março de 2011, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Empresa	Concessão	Natureza do serviço	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2016	Total
MRS		Concessão de 30 anos, renovável por mais 30 anos, de transporte de minério de ferro das minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro.	7.080	9.440	9.440	9.440	9.440	4.720	49.560
Transnordestina		Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.	4.357	5.809	5.809	5.809	5.809	69.705	97.298
Tecar		Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos.	2.356	3.220	3.300	3.300	3.300	23.100	38.576
Tecon		Concessão de 25 anos concedida em 3 de setembro de 1998, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí.	15.368	20.490	20.490	20.490	20.490	215.142	312.470
			29.160	38.959	39.039	39.039	39.039	312.667	497.903

30. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contratam vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Importação, Exportação, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário.

Notas Explicativas

Foram renovados também os seguros de Danos Materiais e Lucros Cessantes para suas unidades e controladas com as seguintes exceções: Usina Presidente Vargas, Casa de Pedra, Mineração Arcos, CSN Paraná, Terminal de Carvão TECAR (possui Danos Materiais), que encontram se em fase de negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior para a obtenção, colocação e integralização destas demais apólices.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 20 de abril de 2011, a Companhia aderiu à oferta pública de aquisição de ações da Riversdale Mining Limited ("Riversdale") promovida pela Rio Tinto. Desta forma, a Companhia alienará a totalidade da participação acionária que atualmente detém no capital social da Riversdale, equivalente a 47.291.891 ações ao preço de A\$ 16,50 por ação, totalizando A\$ 780.316.
- Em 20 de abril de 2011, a Companhia contratou operação de financiamento por meio de nota de crédito a exportação, no montante de R\$1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil SA.
- Em 20 de abril de 2011, a Companhia aumentou sua participação no capital social da Usiminas, através de aquisições de ações ordinárias e ações preferenciais, passando a deter 10,01% das ações ordinárias e 5,25% das ações preferenciais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. No caso da Companhia Siderúrgica Nacional as práticas contábeis diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Conforme mencionado na nota explicativa 30 às Informações Trimestrais, a Companhia está em negociação com seguradoras e resseguradoras no Brasil e no exterior para obtenção de cobertura para danos materiais e lucros cessantes em determinadas unidades da Companhia.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
CRC 1SP160482/O - 6